

Plano de Manejo

Parque Nacional do Juruena



Brasília, 2011



ARPA

Programa Áreas Protegidas da Amazônia



gtz



Governos Estaduais da Amazônia Brasileira: Acre, Amapá, Mato Grosso, Rondônia, Pará e Tocantins



Ministério do Meio Ambiente



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Izabella Mônica Vieira Teixeira

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Rômulo José Fernandes Mello

DIRETORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL

Ricardo Soavinski

COORDENAÇÃO GERAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL

Giovanna Palazzi

COORDENAÇÃO DE PLANO DE MANEJO

Carlos Henrique Velasquez Fernandes

COORDENAÇÃO DO BIOMA AMAZÔNIA

Lílian Letícia Mitiko Hangae

PARQUE NACIONAL DO JURUENA

Cristiane Ramscheid Figueiredo

Brasília, 2011

CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS

Equipe de Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena

Coordenação Técnica

Gustavo Vasconcellos Irgang – Instituto Centro de Vida – ICV
Cristiane Ramscheid Figueiredo – Instituto Chico Mendes - ICMBio

Supervisão e Acompanhamento Técnico do ICMBio

Lílian Hangae
Allan Razera

Cooperação Técnica

Marcos Roberto Pinheiro – WWF Brasil

Coordenação da Avaliação Biótica

Júlio Cesar Dalponte

Coordenação Meio Físico

Roberta Roxilene Santos

Coordenação Socioeconomia

Eduardo Audibert

Estruturação e Redação do Documento

Jane Maria de Oliveira Vasconcellos

Equipe da Unidade de Conservação

Cristiane Ramscheid Figueiredo
Fernanda Wick Rizzoli
Lourdes Iarema
Ademir Mariano
Priscilla Estevão Néspoli – até julho de 2010
Claudinei José Rodrigues – até dezembro de 2009
Arthur Sakamoto – até abril 2009
Roberta Freitas de Rezende Souza – até março 2009

Revisão Ortográfica e Editoração

Alessandro O. Neiva – Consultor

Equipe de Consultores Responsáveis pelas Áreas Temáticas

Meio Físico

Roberta Roxilene dos Santos
Gustavo Vasconcellos Irgang

Vegetação

Ayslaner Victor Gallo-de-Oliveira
Marcos Eduardo G. Sobral

Artropodofauna

Ricardo Keichi Umetsu
James Machado Bilce

Ictiofauna

Solange A. Arrolho
Divina Sueide de Godoi
Rosalvo Duarte Rosa

Herpetofauna

Reginaldo Assêncio Machado
Paulo Sérgio Bernarde

Avifauna

Dante Renato C. Buzzetti

Mastofauna

Júlio Cesar Dalponte
Edinaldo C. Rocha
Rodrigo Marcelino
Vanderleia A. Esteves Costa

Socioeconomia

Eduardo Audibert
Maria Elizabeth Ramos

Uso Público

Cristiane Klein

Assistentes de Campo e Apoio

Hélio Marcos Olsen
Rosalvo Duarte Rosa
Jorge Lopes
Rildo Joaquim Macedo
Adelson Carvalho de Souza
Jota Amauri dos Santos Mattos
Marlene Batista
Simar do Rosário Correia
Sabath Miranda

Colaboradores

Roberta Freitas de Rezende Souza – ICMBio
Rossana Evangelista Santana – ICMBio
José Hypolito Piva – Prefeitura de Alta Floresta/MT

SIGLAS

ACIA	Associação Comercial e Industrial
AER	Avaliação Ecológica Rápida
AHIMOR	Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAH	Cluster Aglomerativa Hierárquica
CCIR	Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CDB	Convenção sobre a Diversidade Biológica
CEMAT	Centrais Elétricas Matogrossenses S/A
CEUC	Centro Estadual de Unidades de Conservação
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONABIO	Comissão Nacional de Biodiversidade
COOPERAGREGA	Cooperativa de Agricultores Ecológicos do Portal da Amazônia
COOPERNOVA	Cooperativa Agropecuária Mista Terranova Ltda
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EE	Enfoque Ecológico
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPAER	Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
FAB	Força Aérea Brasileira
FAMATO	Federação da Agricultura de Mato Grosso
FBOMS	Fórum Brasileiro de Organizações Não-governamentais e Movimentos Sociais
FE	Floresta Estadual
FIEMT	Federação das Indústrias de Mato Grosso
FN	Floresta Nacional
FNDF	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
FORMAD	Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente Global

GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
GTZ	Agência de Cooperação Alemã
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
ICV	Instituto Centro de Vida
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INDEA	Instituto de Defesa Agropecuária do Estado do Mato Grosso
INDECO	Integração Desenvolvimento e Colonização S/A
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INTERMAT	Instituto de Terras de Mato Grosso
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISA	Instituto Socioambiental
JPL	<i>Jet Propulsion Laboratory</i>
KfW	Banco de Cooperação do Governo da Alemanha
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPE/MT	Ministério Público do Estado de Mato Grosso
NEAPT	Núcleo de Educação Ambiental e Populações Tradicionais
NURAM	Núcleo Regional da Amazônia Meridional
OEMA	Organizações Estaduais de Meio Ambiente
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não-governamental
OPP	Oficina de Planejamento Participativo
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PA	Projeto de Assentamento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF	Projeto de Assentamento Florestal
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PADEQ	Projeto Alternativo ao Desmatamento e às Queimadas
PDS	Projetos de Desenvolvimento Sustentável
PGAI	Programa de Gestão Ambiental Integrada

PIB	Produto Interno Bruto
PLT	Procura Limitada por Tempo
PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNJu	Parque Nacional do Juruena
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPBio	Programa de Pesquisa em Biodiversidade
PPCDAM	Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PPG7	Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais
PREVFOGO	Centro Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
PROMANEJO	Programa de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia
PRONABIO	Programa Nacional de Diversidade Biológica
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSF	Programa de Saúde da Família
PUP	Plano de Uso Público
REDD	Redução das Emissões de Carbono
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAD	Sistema de Alerta de Desmatamento
SAF	Sistema Agro-florestal
SDS	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEDUC	Secretaria Municipal de Educação
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIPAM/RO	Sistema de Proteção da Amazônia em Rondônia
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SRTM	<i>Shuttle Radar Topography Mission</i>
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TC	Termo de Compromisso

TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UnB	Universidade de Brasília
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UPN	Unidades de Paisagem Natural
ZA	Zona de Amortecimento
ZEE	Zoneamento Econômico-Ecológico
ZI	Zona Intangível
ZOT	Zona de Ocupação Temporária
ZP	Zona Primitiva
ZR	Zona de Recuperação
ZSEE	Zoneamento Socioeconômico Ecológico
ZUEx	Zona de Uso Extensivo
ZUI	Zona de Uso Intensivo
WWF	<i>World Wildlife Found</i>

SUMÁRIO

ENCARTE 4 - PLANEJAMENTO DO PARQUE NACIONAL DO JURUENA.....	274
4.1. Planejamento Estratégico.....	274
4.1.1. Objetivos Específicos de Conservação do Parque Nacional do Juruena	274
4.1.2. Missão	276
4.1.3. Visão de Futuro	276
4.1.4. Objetivos Estratégicos para o Manejo do Parque Nacional do Juruena.....	276
4.1.5. Mapa Estratégico.....	277
4.1.6. Diretrizes de Ação: Plano de Metas e Indicadores por Objetivo.....	279
4.2. Planejamento Tático	282
4.2.1. Plano de Ações por Programas de Manejo.....	282
4.2.1.1. Programa Temático de Proteção e Manejo.....	282
4.2.1.2. Programa Temático de Pesquisa e Monitoramento	284
4.2.1.3. Programa Temático de Uso Público	286
4.2.1.4. Programa Temático de Consolidação Territorial	288
4.2.1.5. Programa Temático de Integração Externa	289
4.2.1.6. Programa Temático de Operacionalização	294
4.2.2. Zoneamento do Parque Nacional do Juruena.....	297
4.2.2.1. Critérios do Zoneamento	297
4.2.2.2. Zonas de Manejo.....	302
4.2.2.2.1. Zona Intangível.....	302
4.2.2.2.2. Zona Primitiva	303
4.2.2.2.3. Zona de Uso Extensivo	303
4.2.2.2.4. Zona de Uso Intensivo.....	305
4.2.2.2.5. Zona de Recuperação	305
4.2.2.2.6. Zona de Ocupação Temporária	307
4.2.3. Zona de Amortecimento	308
4.2.4. Infraestrutura	309
BIBLIOGRAFIA.....	312

FIGURAS

Figura 4.1: Mapa Estratégico do Parque Nacional do Juruena.	278
Figura 4.2: Estrutura organizacional proposta para o Parque Nacional do Juruena.	297
Figura 4.3: Espacialização das áreas priorizadas por critérios temáticos visando o zoneamento do Parque Nacional do Juruena.	298
Figura 4.4: Resultado da sobreposição dos zoneamentos temáticos e zoneamento preliminar proposto pelos pesquisadores.	298
Figura 4.5: Zoneamento do Parque Nacional do Juruena.	301
Figura 4.6: Zoneamento e localização da infraestrutura no interior do Parque Nacional do Juruena.	311

TABELAS

Tabela 4.1: Objetivos Estratégicos, Metas e Indicadores do Parque Nacional do Juruena.	280
Tabela 4.2: Plano de Ação do Programa de Proteção e Manejo.	283
Tabela 4.3: Plano de Ação do Programa de Pesquisa e Monitoramento.	284
Tabela 4.4: Plano de Ação do Programa de Uso Público.	287
Tabela 4.5: Plano de Ação do Programa de Consolidação Territorial.	288
Tabela 4.6: Plano de Ação do Programa de Integração Externa, por subprogramas.	290
Tabela 4.7: Plano de Trabalho do Programa de Operacionalização, por subprogramas.	295
Tabela 4.8: Área ocupada por cada zona e seu percentual em relação à área total do Parque Nacional do Juruena.	299

Encarte 4

Planejamento



ENCARTE 4 - PLANEJAMENTO DO PARQUE NACIONAL DO JURUENA

O planejamento do Parque Nacional do Juruena foi elaborado com base nos resultados dos diagnósticos temáticos, das análises feitas na Reunião dos Pesquisadores e na Oficina de Planejamento Participativo (OPP).

Para facilitar a utilização do diagnóstico como base do planejamento, os próprios pesquisadores responsáveis pelo mesmo elaboraram uma proposta de zoneamento da Unidade e elegeram, a partir dos objetivos específicos, os alvos de conservação do PNJu, identificaram as ameaças existentes ou potenciais contra estes alvos, as causas destas ameaças e propuseram estratégias de ação consideradas necessárias para controlar as ameaças. A matriz resultante desta análise (em anexo) juntamente com o Plano de Ação elaborado na OPP, também a partir da identificação de ameaças e oportunidades vinculadas ao PNJu (em anexo) foram as bases orientadoras do Planejamento Estratégico e Tático aqui apresentado.

Para manejar uma UC é preciso avaliar as diferentes possibilidades de ação e decidir pelas melhores alternativas. O Planejamento estratégico é uma forma de ordenar as idéias a partir de uma visão do caminho (estratégia) que deve ser seguido (Almeida, 2003).

O Planejamento Estratégico estabelece as bases para a elaboração do Planejamento Tático, o qual por sua vez estabelece a base necessária para o Planejamento Operacional.

O presente Plano de Manejo não inclui o Planejamento Operacional, o qual deverá ser elaborado posteriormente pela equipe gestora da unidade, que detalhará as ações propostas em Planos de Trabalho e Planos Operativos Anuais. Desta forma, para que este Plano de Manejo seja posto em prática é preciso que a unidade tenha um sistema de gestão adequado para enfrentar os desafios que irá encontrar.

4.1. Planejamento Estratégico

No planejamento estratégico do PNJu foram estabelecidos os objetivos específicos da unidade, a sua missão, sua visão de futuro e, a partir destes, elaborados os seus objetivos estratégicos.

4.1.1. Objetivos Específicos de Conservação do Parque Nacional do Juruena

Considerando os objetivos do SNUC e da categoria de manejo Parque Nacional (Lei Nº 9.985/2000), o objetivo estabelecido no decreto de criação da unidade (Decreto S/Nº de 05 de junho de 2006) “proteger a diversidade biológica da região do baixo Juruena - Teles Pires e alto Tapajós, suas paisagens naturais e valores abióticos associados” e considerando a especificidade dos atributos ambientais e da biodiversidade do Parque Nacional do Juruena, foram estabelecidos os seus objetivos específicos de conservação e manejo, abaixo relacionados:

1. Devido ao tamanho de sua área e sua localização estratégica, garantir a funcionalidade ecossistêmica e serviços ambientais de uma região importante da Amazônia Meridional.
2. Consolidar o corredor de biodiversidade da Amazônia Meridional contribuindo para a formação de um mosaico de áreas protegidas para conter o avanço do Arco do Desmatamento para a região central da Amazônia.
3. Preservar a totalidade das bacias do Rio São Tomé (MT) e do Rio Urucu (AM), as nascentes e pequenos corpos d'água dos Rios Santa Rosa, Sucunduri, Bararati, os afluentes dos Rios Teles Pires, Juruena e Tapajós, fundamentais para a manutenção dos ciclos hidrológico e ecológico desta região.

4. Proteger os extensos, contínuos e íntegros ambientes florestais, como também os mosaicos das demais fitofisionomias como as campinaranas, os tabocais, os campos rupestres, que abrigam endemismos.
5. Proteger as calhas dos Rios do PNJu, (Juruena e Sucunduri) e de sua zona de amortecimento (Teles Pires e Tapajós) mantendo-os livres de barramento, garantindo inclusive os processos migratórios sazonais de peixes tais como: matrinxã e bagres (grandes e médios)
6. Garantir a integridade da confluência dos Rios Teles-Pires e Juruena na formação do Rio Tapajós.
7. Proteger corredeiras, cachoeiras, igarapés e lagos por estes serem definidores da dinâmica hídrica, garantindo os processos de sobrevivência das comunidades de peixes, carnívoros aquáticos e outros animais terrestres associados.
8. Proteger praias e bancos de areia, áreas de reprodução de aves ribeirinhas, quelônios e raia assim como os microambientes de reprodução (poças, bromélias, brejos, ocos de árvore).
9. Proteger os solos argilosos com alta concentração de minerais, locais onde os animais se alimentam, conhecidos como barreirais no Amazonas e barreiros no Mato Grosso, em especial ao longo do Igarapé Água Preta.
10. Proteger cavidades naturais em especial a caverna da Onça na cachoeira do São Simão e a caverna do Morcego no Salto Augusto, ambientes frágeis e abrigos diurnos para comunidades de morcegos.
11. Contribuir para conservação dos sítios arqueológicos e especialmente as inscrições rupestres da região da cachoeira do São Simão.
12. Garantir a preservação em proteção integral de uma área significativa da faixa de domínio Federal da Rodovia Transamazônica com florestas contínuas, sem fragmentação por estradas.
13. Proteger a biodiversidade do ecótono sul amazônico, desde os carnívoros de topo de cadeia em risco de extinção, espécies que necessitam de grandes áreas de vida onça-pintada *Panthera onca*, ariranha *Pteronura brasiliensis*, harpia *Harpia harpyja*, jacaré-açú *Melanosuchus niger*, bem como espécies com funções pontuais e específicas como as Podostemonaceae (elemento chave para a alimentação das aves e mamíferos) existentes nos afloramentos das cachoeiras, em especial no Salto Augusto.
14. Proteger espécies típicas da Amazônia Meridional como "*Desmondium aff. juruensis*", espécie tipo coletada na calha do Rio Juruena, e a "*Galactopiora magnífica*" típica das campinaranas desta região, além de novas ocorrências geográficas e espécies ainda não descritas pela ciência.
15. Garantir a manutenção de espécies que sofrem pressão na zona de amortecimento por serem utilizadas como fonte de subsistência paca *Cuniculus paca*, queixada *Tayassu pecari*, veado *Mazama* sp., macaco, anta *Tapirus terrestris*, entre outros, como também na pesca comercial e ou esportiva pintado *Pseudoplatystoma corruscans*, pirarara *Phractocephalus hemiliopterus*, cachorra *Hydrolycus scomberoides*, caparari *Pseudoplatystoma tigrinum*, jaú *Paulicea luetkeni*, piraíba *Brachyplatystoma filamentosum*, peixe elétrico poraquê *Electrophorus electricus* e raia Potamotrygonidae.
16. Incentivar a pesquisa científica em consonância com as prioridades de manejo e monitoramento do Parque.
17. Promover e desenvolver o Uso Público utilizando como atrativos as belezas cênicas em especial as cachoeiras do trecho entre o Salto Augusto até a Cachoeira do São Simão, a

Cachoeira do Roncador, a formação do Rio Tapajós (AM, MT, PA) envolvendo os municípios e as comunidades da região da Unidade.

18. Estimular a conservação e o manejo racional dos recursos naturais na Zona de Amortecimento, promovendo o ordenamento territorial, a regularização ambiental e as práticas econômicas sustentáveis.

4.1.2. Missão

Garantir a funcionalidade ecossistêmica e os serviços ambientais de uma região de fundamental importância da Amazônia Meridional, nos interflúvios dos Rios Tapajós e Madeira, proporcionando o Uso Público na região das cachoeiras do Rio Juruena, contribuindo para a conservação de uma parcela representativa da biodiversidade brasileira. Além de aproveitar toda sua grande extensão e a localização estratégica que amplia a conexão de um extenso mosaico de áreas protegidas com o objetivo de conter o avanço da expansão agropecuária para a região central da Amazônia.

4.1.3. Visão de Futuro

Ser uma Unidade de Conservação implementada, com equipe motivada e infraestrutura adequada, atingindo seus objetivos de conservação, com seu território consolidado e rede hidrográfica livre de barramento e contaminação. Ter a sociedade do entorno integrada, reconhecendo a importância dos objetivos do parque e construindo em conjunto a nova identidade territorial desta região.

4.1.4. Objetivos Estratégicos para o Manejo do Parque Nacional do Juruena

Para que o manejo do PNJu permita o alcance da sua Visão de Futuro, foram propostos 18 objetivos estratégicos, de acordo com as perspectivas do ambiente, dos usuários, dos processos internos, do aprendizado, inovação e finanças, considerando que o êxito do planejamento de uma unidade de conservação de proteção integral depende de ações que garantam a alta viabilidade dos seus recursos, o controle das ameaças à estes recursos, um gerenciamento adequado e uma forte valorização social.

❖ Objetivos Estratégicos na Perspectiva do Ambiente

1. Proteger a integridade dos ambientes fluviais do PNJu.
2. Proteger ambientes florestais, os mosaicos de áreas naturais abertas e a biodiversidade associada.
3. Garantir a manutenção dos Serviços Ambientais do PNJu.

❖ Objetivos Estratégicos na Perspectiva dos Usuários

4. Promover o ordenamento territorial.
5. Incentivar a pesquisa científica e o monitoramento.
6. Promover o Uso Público com participação social.
7. Estimular o uso e a produção sustentáveis dos recursos na ZA.

❖ Objetivos Estratégicos na Perspectiva dos Processos Internos

8. Implantar o Plano de Consolidação Territorial.

9. Implantar o Plano de Proteção.
10. Implantar o Programa de Uso Público.
11. Implantar o Programa de Pesquisa e Monitoramento.
12. Implantar o Programa de Integração Externa e Conselho Gestor.
13. Considerar a Educação Ambiental como tema transversal em todos os programas.

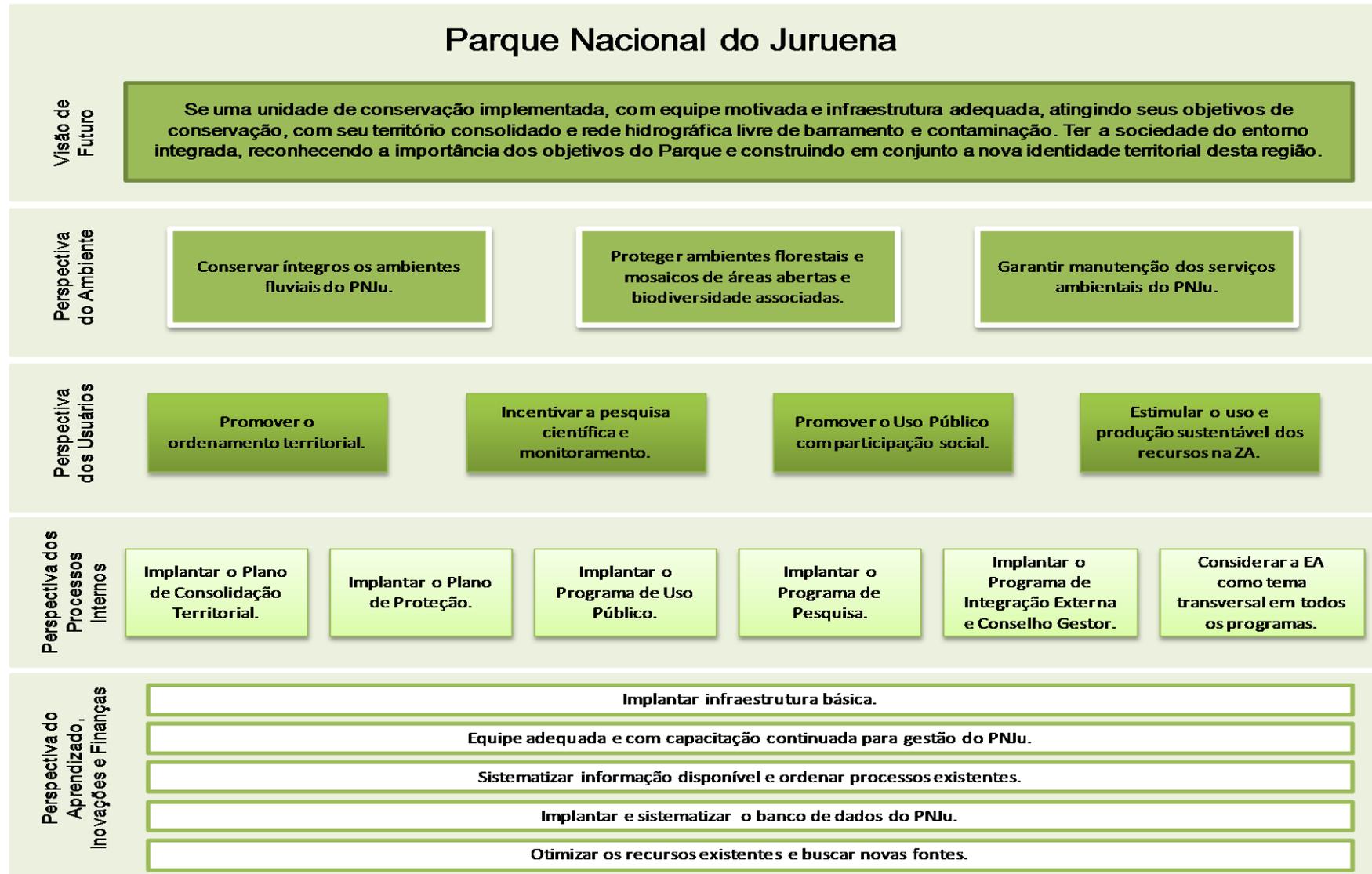
❖ **Objetivos Estratégicos na Perspectiva do Aprendizado, Inovação e Finanças**

14. Implantar a infraestrutura básica.
15. Manter uma equipe adequada e com capacitação continuada para gestão da UC.
16. Sistematizar informação disponível e ordenar os processos existentes.
17. Implantar e sistematizar o banco de dados do PNJu.
18. Otimizar os recursos existentes e buscar novas fontes.

4.1.5. Mapa Estratégico

As principais interrelações existentes entre os objetivos estratégicos propostos estão representadas no Mapa Estratégico do PNJu (Figura 4.1), visando orientar o planejamento dos programas e ações de manejo necessários para o seu cumprimento. Desta forma, o Mapa Estratégico expressa hipóteses a serem testadas no decorrer da implantação do plano de manejo. Caso não se demonstrem válidas, novas hipóteses deverão ser construídas, com ajustes nos programas temáticos, num processo de manejo adaptativo.

Figura 4.1: Mapa Estratégico do Parque Nacional do Juruena.



4.1.6. Diretrizes de Ação: Plano de Metas e Indicadores por Objetivo

Os sete primeiros objetivos estratégicos representam os objetivos fim do PNJu, ou seja, são os objetivos que levarão à concretização da Visão de Futuro. Os outros onze representam objetivos meio, através dos quais serão criadas as condições para que os objetivos fim sejam atingidos.

Desta forma, foram estabelecidas metas e indicadores somente para os objetivos fim, como mostra a Tabela 4.1. As metas serão cumpridas por meio das ações estabelecidas em cada Programa Tático.

Tabela 4.1: Objetivos Estratégicos, Metas e Indicadores do Parque Nacional do Juruena.

Objetivo Estratégico	Meta	Indicador
1. Proteger a integridade dos ambientes fluviais do PNJu.	1.1. Contribuir para manter 100% dos cursos d'água do PNJu livre de barramentos.	– Nº de Barramentos nos corpos d'água do PNJu.
	1.2. Reduzir a contaminação por garimpo no PNJu.	– Nº de balsas de garimpo. – Área de garimpo ativa. – Nº de Ações para desmobilizar garimpo.
	1.3. Manter populações viáveis de fauna aquática no PNJu.	– Nº de Ações para desmobilizar caça e pesca esportiva e comercial.
2. Proteger ambientes florestais, os mosaicos de áreas naturais abertas e a biodiversidade associada.	2.1. Manter a conectividade e integridade das fitofisionomias do PNJu.	– Área total de novos desmatamentos. – Área de floresta explorada por extração seletiva (PRODES). – Nº de focos de calor dentro da UC.
	2.2. Monitorar as áreas degradadas das Zonas de Recuperação do PNJu.	– Área Total Alterada em cada Zona de Recuperação (ZR). – Nº de focos de calor dentro da Zona de Recuperação.
	2.3. Manter populações viáveis de fauna e flora terrestres no PNJu.	– Nº de ações para desmobilizar a caça, desmatamento e coleta seletiva.
3. Garantir a manutenção dos Serviços Ambientais do PNJu.	3.1. Participar de todos os processo de licenciamento dos empreendimentos na área de influência do PNJu.	– % de Empreendimentos existentes comparado ao Nº de processos avaliados.
	3.2. Manter e valorar os Serviços Ambientais prestados pelo PNJu.	– Potencial de pagamento pelos Serviços Ambientais prestados valorado. – Possibilidades de pagamento pelos serviços ambientais identificadas.
4. Promover o ordenamento territorial.	4.1. Implementar o instrumento de Compensação da Reserva Legal.	– Hectares regularizados por compensação de Reserva Legal.
	4.2. Estabelecer os instrumentos de Gestão Termo de Compromisso (TC) e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).	– Nº de TC firmados. – Nº de TAC firmados.
	4.3. Solucionar a sobreposição de áreas do PNJu.	– Decisões formais oficialmente estabelecidas.

Objetivo Estratégico	Meta	Indicador
	4.4. Contribuir para os objetivos do Mosaico da Amazônia Meridional.	<ul style="list-style-type: none"> – % participação em reuniões do Mosaico. – Nº de atividades integradas com UC do Mosaico.
5. Incentivar a pesquisa científica e o monitoramento.	5.1. Incentivar a realização de pesquisas e monitoramentos de interesse para o manejo do PNJu, junto às instituições de pesquisa.	<ul style="list-style-type: none"> – Nº de questões específicas para o manejo do PNJu analisadas nas pesquisas e monitoramento apoiados. – Nº de pesquisas atuando no PNJu.
	5.2. Aprofundar e ampliar o conhecimento sobre o PNJu.	<ul style="list-style-type: none"> – Quantidade de temas pesquisados e localização das áreas investigadas.
6. Promover o Uso Público com participação social.	6.1. Ordenar as atividades de Uso Público no PNJu.	<ul style="list-style-type: none"> – Nº de atividades desenvolvidas de acordo com o Plano de Uso Público. – Nº de autorizações para visitação e visitantes concedidos.
	6.2. Envolver a iniciativa privada e a sociedade local no Uso Público do PNJu.	<ul style="list-style-type: none"> – Nº de parcerias estabelecidas para o Uso Público.
	6.3. Promover a valorização social do PNJu.	<ul style="list-style-type: none"> – Nº de pessoas e instituições envolvidas nas ações e campanhas de proteção do PNJu.
7. Estimular o uso e produção sustentáveis dos recursos na ZA.	7.1. Estimular cadeias de produtos da sociobiodiversidade.	<ul style="list-style-type: none"> – Nº de atividades realizadas para geração de renda. – Diversidade de produtos ofertados.
	7.2. Monitorar Planos de Manejo Florestal de baixo impacto.	<ul style="list-style-type: none"> – Nº de Relatórios da SEMA. – Nº de pareceres emitidos (PMFS).

4.2. Planejamento Tático

A partir do planejamento estratégico foi elaborado o planejamento tático, no qual constam os programas e ações de manejo necessários para o cumprimento das metas e o zoneamento do PNJu e seu entorno ZA, o qual estabelece onde as ações planejadas poderão ser desenvolvidas, visando sempre a melhor forma de atingir a Visão de Futuro da Unidade.

4.2.1. Plano de Ações por Programas de Manejo

Os 18 objetivos estratégicos contidos no Mapa Estratégico do PNJu serão alcançados por meio de ações gerenciais organizadas em Programas Temáticos.

A hipótese explicitada no Mapa Estratégico é que a diminuição das pressões sobre os ambientes fluviais e terrestres do PNJu e sua ZA, possibilitando o cumprimento dos objetivos estratégicos de conservação propostos, dependerá da consolidação territorial, da realização de pesquisas voltadas para o manejo e a conservação, do ordenamento da visitação atual com a abertura do parque para o Uso Público, com participação social, dependendo também de mudanças que propiciem o uso sustentável dos recursos na ZA.

Desta forma, estes representam os objetivos fundamentais ou objetivos fim para o manejo do PNJu e serão cumpridos por meio de ações organizadas nos seguintes programas temáticos: Proteção e Manejo dos Recursos, Pesquisa e Monitoramento, Uso Público, Consolidação Territorial, Integração Externa e Operacionalização.

Os programas foram planejados de forma a cumprir com determinadas metas dos objetivos estratégicos, como foi apresentado na Tabela 4.1.

Para cada programa foi elaborado um Plano de Ação onde são listadas as ações a serem executadas, as metas relacionadas e os prazos de execução.

4.2.1.1. Programa Temático de Proteção e Manejo

Objetivo do Programa

Este programa visa a proteção dos recursos naturais, das instalações e dos usuários da UC, protegendo também os ambientes da zona de amortecimento de modo a prevenir e minimizar impactos.

Objetivos Estratégicos a Serem Atendidos

- Conservar íntegros os ambientes fluviais do PNJu.
- Proteger ambientes florestais, mosaicos de áreas abertas e biodiversidade associadas.
- Manter os serviços ambientais do PNJu.
- Promover o ordenamento territorial.
- Incentivar a pesquisa científica e o monitoramento.
- Promover o Uso Público com participação social.

Os objetivos estratégicos e metas do Programa deverão ser cumpridos por meio das ações e prioridades apresentadas na Tabela 4.2.

Tabela 4.2: Plano de Ação do Programa de Proteção e Manejo.

Metas Atendidas	Ação Estratégica	Prazo/Ano				
		1	2	3	4	5
1.2; 1.3; 2.1; 2.2; 2.3; 3.2; 4.2; 4.4.	Elaborar e implementar o Plano de Proteção o qual deverá incluir: – Um Manual de Procedimentos contendo a sistematização de todas as rotinas de proteção estabelecidas. – Mapeamento das principais rotas de fiscalização. – Sistematização das informações de fiscalização e controle no banco de dados do PNJu.	X	X	X	X	X
1.3; 2.1; 2.3.2.	Delimitar e sinalizar os pontos estratégicos nos limites da UC, prioritariamente as áreas críticas das porções sul e norte, informando sobre os limites e as regras de acesso e usos. – Demarcar prioritariamente o limite com Cotriguaçu, e sinalizar especialmente as margens dos rios utilizados para navegação e os acessos terrestres (além dos 20 pontos já sinalizados).	X	X	X	X	X
1.2; 1.3; 2.1; 2.2; 2.3; 3.2; 4.4; 6.1.	Implementar infraestrutura para a fiscalização prevista neste plano (base e pontos de apoio) e compartilhar na medida do possível com as UC vizinhas. – Bases Salto Augusto – (prioridade de implementação 1). – Base Tapajós – (prioridade de implementação 1). – Pontos de apoio Ximari – (prioridade de implementação 1). – Ponto de apoio Nova União – (prioridade de implementação 1). – Ponto de apoio F3 (Nova Bandeirantes) – (prioridade de implementação 1). – Ponto de apoio do Bararati – (prioridade de implementação 1). – Pontos de apoio Apiacás – (prioridade de implementação 2). – Base Sucunduri – (prioridade de implementação 2). – Pontos de apoio Rio São João (Nova Bandeirantes) – (prioridade de implementação 2). – Pontos de apoio Teles Pires – (prioridade de implementação 2).		X	X	X	X
2.1; 2.3; 3.2; 4.4.	Prevenir, monitorar e controlar os focos de incêndio, buscando parceiros para realizar estas atividades.	X	X	X	X	X
2.1; 2.3; 3.2; 4.4; 5.1.	Garantir e monitorar a recuperação da cobertura florestal das áreas degradadas e zonas em recuperação, através de monitoramento remoto.	X	X	X	X	X
1.2; 1.3; 2.1; 2.3; 3.2; 4.2; 4.4; 5.1.	Fiscalizar e monitorar o cumprimento dos acordos estabelecidos nos TC e TAC.			X	X	X
1.2; 1.3; 2.1; 2.2; 2.3; 3.2; 4.4; 6.1.	Planejar e executar ações de proteção também integradas com as áreas protegidas vizinhas, com apoio das instituições e órgãos de fiscalização e controle ambiental.	X	X	X	X	X

Metas Atendidas	Ação Estratégica	Prazo/Ano				
		1	2	3	4	5
1.2; 1.3; 2.1; 2.2; 2.3; 3.2; 4.2; 5.1.	Desenvolver ações de monitoramento e controle de garimpo dentro do PNJu e na ZA; – Elaborar e implementar banco de dados de ocorrências de atividade garimpeira. – Realizar ações para desativar garimpos no interior do PNJu. – Priorizar ações para desmobilizar invasões e garimpo dentro do PNJu.	X	X	X	X	X
2.1; 2.3; 4.4; 5.2.	Fiscalizar e monitorar periodicamente os PMFS do entorno da UC.	X	X	X	X	X
1.3; 2.3.	Fiscalizar e controlar a utilização dos recursos naturais pelas comunidades ribeirinhas (pesca e extração dos recursos florestais não madeireiros) de acordo com as normas acordadas nos termos de compromisso.				X	X
2.1; 4.4.	Realizar ações de fiscalização e monitoramento nas atividades do entorno do UC que tenham impacto no PNJu.	X	X	X	X	X
	Avaliar periodicamente o andamento e os resultados alcançados com as atividades do Programa e a sua integração no âmbito do mosaico da Amazônia Meridional.	X	X	X	X	X

4.2.1.2. Programa Temático de Pesquisa e Monitoramento

Objetivo do Programa

Incentivar e coordenar a realização de pesquisas científicas de interesse do PNJu, fornecer subsídios para o monitoramento e demais programas de manejo, acompanhar a evolução natural e a recuperação dos recursos naturais e monitorar os resultados das atividades de manejo.

Objetivos Estratégicos a Serem Atendidos

- Proteger a integridade dos ambientes fluviais do PNJu.
- Proteger ambientes florestais, os mosaicos de áreas naturais abertas e a biodiversidade associada.
- Garantir a manutenção dos Serviços Ambientais do PNJu.
- Promover o ordenamento territorial.
- Incentivar a pesquisa científica e o monitoramento.

Os objetivos estratégicos e metas do programa serão atendidos por meio das ações e prioridades apresentadas na Tabela 4.3.

Tabela 4.3: Plano de Ação do Programa de Pesquisa e Monitoramento.

Metas Atendidas	Ação Estratégica	Prazo/Ano				
		1	2	3	4	5
5.1; 5.2.	Elaborar e divulgar o Programa de Pesquisa com ênfase na gestão da UC, integrando ações com parceiros do Mosaico da		X	X	X	X

Metas Atendidas	Ação Estratégica	Prazo/Ano				
		1	2	3	4	5
	Amazônia Meridional:					
	<ul style="list-style-type: none"> – Divulgação e incentivo às oportunidades de pesquisas junto ao meio científico e acadêmico e aos parceiros atuantes na região como: UFMT, UNEMAT, INPA e Museu Emilio Goeldi, (PPBio), ICV. – Articulação com fontes de fomento e amparo à pesquisa para viabilizar as atividades na UC. 					
	Viabilizar pesquisas prioritárias voltadas à gestão da UC, com as seguintes ênfases:					
1.1; 1.3; 2.2; 2.3; 5.1; 5.2.	<ul style="list-style-type: none"> – Confirmação das características das unidades de paisagem com ocorrência restrita na UC, em especial na porção amazônica do PNJu. – Estoque pesqueiro e dos impactos da pesca esportiva. – Áreas de cachoeiras dos Rios Juruena e Sucunduri com potencial hidrelétrico e de barramento. – Monitoramento periódico da contaminação de recursos hídricos (garimpo, agrotóxicos, entre outros). – Sítios arqueológicos e cavidades naturais. – Uso das praias pela fauna (quelônios e aves) e períodos de nidificação, avaliando ameaças e fragilidades. – Status local das espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção ocorrentes no PNJu. – Monitoramento da evolução das ZR. – Técnicas de recuperação de áreas degradadas, em especial para a erradicação das braquiárias. – Viabilidade de pesca esportiva na ZA. – Valoração dos serviços ambientais prestados pelo PNJu. – Viabilidade do pagamento pelos serviços ambientais. 				X	X
	Apoiar pesquisas básicas contribuindo para o aprofundamento e ampliação do conhecimento do PNJu e sua ZA considerando as recomendações dos relatórios da AER:					
1.1; 1.3; 2.2; 2.3; 5.1; 5.2.	<ul style="list-style-type: none"> – Ampliação das pesquisas sobre a biodiversidade do PNJu: avifauna, herpetofauna, mastofauna, entomofauna, ictiofauna e flora. – Predação de grandes carnívoros na ZA. – Localização das ocorrências de tabocais, com proposição de ações de manejo. – Aprofundamento dos estudos sobre macrófitas das corredeiras (Podostemaceae). – Estudos na região do Salto Augusto, em especial nas cachoeiras. – Estudos populacionais de espécies cinegéticas. 	X	X	X	X	X
4; 5.1; 5.2.	Criar as condições necessárias para a implantação da grade permanente do PPBio.	X	X	X	X	X
	Organizar, participar e promover expedições, em parceria com instituições de pesquisa, para o reconhecimento de campo das áreas remotas do Parque, ainda não conhecidas	X	X	X	X	X
1; 2; 3; 5.	Planejar, implementar e coordenar o SIG da Unidade:	X	X	X	X	X

Metas Atendidas	Ação Estratégica	Prazo/Ano				
		1	2	3	4	5
	– Incorporar no Banco de Dados as informações obtidas de forma a facilitar o monitoramento do manejo da UC.					
	Criar Conselho Técnico Científico para subsidiar decisões sobre pesquisa e monitoramento na UC e auxiliar nos pareceres:					
	– Identificar os pesquisadores que poderão constituir o conselho (o mais representativo possível em termos de áreas de atuação e de instituições).			X	X	X
	– Elaborar um manual de procedimentos para a estruturação e funcionamento do Conselho (seleção de conselheiros, tipos de pareceres, etc).					
1; 2; 3; 5.	Envolver as comunidades do entorno nas atividades de pesquisa.	X	X	X	X	X
5.1; 5.2.	Identificar os sítios arqueológicos e cavidades naturais e planejar o manejo das áreas.				X	X
4.4; 5.1.	Fornecer infraestrutura e apoio logístico para a realização de pesquisas científicas prioritárias para a gestão do PNJu, e compartilhar, na medida do possível, com as UC vizinhas.			X	X	X
5.1.	Organizar e manter banco de trabalhos científicos e publicações sobre a UC.	X	X	X	X	X
5.	Avaliar periodicamente o andamento e os resultados alcançados com as atividades do Programa.	X	X	X	X	X

4.2.1.3. Programa Temático de Uso Público

Objetivos do Programa

Ordenar, orientar e direcionar o uso do Parque pelo público e propiciar vivências práticas que possibilitem maior entendimento sobre a importância do PNJu e da conservação ambiental em geral, reduzindo as ameaças e pressões sobre a unidade e seu entorno.

Buscar a participação da comunidade local nas atividades do programa.

Objetivos Estratégicos a Serem Atendidos

- Proteger a integridade dos ambientes fluviais do PNJu.
- Proteger ambientes florestais, os mosaicos de áreas naturais abertas e a biodiversidade associada.
- Incentivar a pesquisa científica e o monitoramento.
- Promover o Uso Público com participação social.
- Estimular o Uso e Produção Sustentável dos Recursos na ZA.

Este programa compreende os subprogramas de Recreação, Educação Ambiental e Interpretação da natureza e as ações propostas visam principalmente o ordenamento inicial do Uso Público no PNJu e sua região, conforme mostra a Tabela 4.4.

Tabela 4.4: Plano de Ação do Programa de Uso Público.

Metas Atendidas	Ação Estratégica	Prazo/Ano				
		1	2	3	4	5
6.	Elaborar o Plano de Uso Público do PNJu incluindo estratégias para a inclusão das comunidades locais e regionais nos sub-programas de recreação, educação ambiental e interpretação da natureza. – Identificar atributos e potenciais turísticos existentes no Parque, principalmente as cachoeiras do Rio Juruena; praias, sítios arqueológicos e cavidades naturais.		X			
1.1; 2.3; 5.1; 6.1; 6.2; 6.3.	Implementar o Plano de Uso Público do PNJu. – Apoiar a organização e a capacitação das comunidades do entorno e da região para que participem e se beneficiem do turismo e do Uso Público do PNJu. – Formalizar parcerias com órgãos públicos para viabilizar o Uso Público nas diversas áreas de visitação do PNJu (SDS/AM para a região do São Simão; com a SEMA/MT para a área do Salto Augusto, com a Prefeitura de Apiacás/MT para os limites sul do Parque; e com ONG e empreendedores locais (agências de turismo, pousadas, etc). – Priorizar a regularização fundiária da Zona de Uso Intensivo do Salto Augusto e Ximari. – Quando da abertura do PNJu à visitação, dar prioridade à Zona de Uso Intensivo Salto Augusto e região do São Simão, dotando-as de sinalização e trilhas interpretativas. – Ordenar as atividades de visitação existentes ao longo dos rios Juruena, São João, Igarapé da Água Preta, São Tomé e Tapajós. – Fomentar a organização social de guias e piloteiros locais e promover a capacitação para recepção e condução de visitantes. – Identificar as operadoras de turismo potenciais parceiras para operacionalizar o ordenamento do turismo na região. – Estabelecer, por meio de estudos específicos, o tamanho dos grupos, a duração e a frequência das atividades programadas.		X	X	X	X
6.2; 6.3; 7.1.	Integrar o Plano de Uso Público do PNJu com o das áreas protegidas do entorno, com ênfase na participação da comunidade local, focando em: – Atributos e potenciais turísticos existentes no entorno do Parque; principalmente as cachoeiras do Rio Juruena; praias, sítios arqueológicos e cavidades naturais. – Meios para incentivar e facilitar a visitação das comunidades locais.		X	X		
1.1; 2.3; 6.3.	Utilizar a visitação como meio de valorização social do PNJu como um todo e, em especial, das cachoeiras do Rio Juruena.			X	X	X
6.2; 6.3; 7.1.	Integrar o Plano de Uso Público do PNJu com os programas de turismo dos municípios e comunidades da região do PNJu.		X	X	X	X
1.1; 6.2; 6.3.	Apoiar e estimular iniciativas de ecoturismo governamentais e privadas na região do PNJu.	X	X	X	X	X
1.1; 6.2; 6.3.	Incluir o PNJu nas iniciativas de turismo estaduais, nacionais e internacionais.			X	X	X
6.1.	Dotar o Parque de locais com infraestrutura apropriada para				X	X

Metas Atendidas	Ação Estratégica	Prazo/Ano				
		1	2	3	4	5
	recepcionar e reunir grupos de visitantes, conforme o estabelecido no Plano de Uso Público.					
1.1; 2.3; 5.1; 6.	Abrir o Parque para atividades educacionais realizadas em ambientes naturais.					
6.1.	Definir áreas para o desenvolvimento de atividades, de forma a atender aos diversos públicos potenciais, tendo sempre como princípios as condições de segurança e os objetivos da UC.	X	X	X	X	X
6.2.	Definir um conjunto de serviços associados à visitação que poderão ser operados em regime de concessão.					
6.1; 6.2.	Ordenar a condução de visitantes na UC.		X	X	X	X
1.1; 2.3; 5.1; 6.3.	Incentivar a visitação por moradores dos municípios de abrangência da UC.			X	X	X
6.	Sistematizar no Banco de Dados do PNJu todas as informações do monitoramento e avaliação das ações do Programa.				X	X
6.	Monitorar as atividades do Programa e avaliar periodicamente seu andamento e os resultados alcançados.				X	X

4.2.1.4. Programa Temático de Consolidação Territorial

Objetivo do Programa

Estabelecer a regularização fundiária da UC e contribuir para a regularização fundiária na ZA.

Objetivos Estratégicos a Serem Atendidos

- Proteger ambientes florestais, os mosaicos de áreas naturais abertas e a biodiversidade associada.
- Promover o Ordenamento Territorial.

Este programa visa atender seus objetivos estratégicos e metas por meio das ações e prioridades apresentadas na Tabela 4.5.

Tabela 4.5: Plano de Ação do Programa de Consolidação Territorial.

Metas Atendidas	Ação Estratégica	Prazo/Ano				
		1	2	3	4	5
4.	Elaborar o Plano de Consolidação Territorial, com auxílio de uma consultoria específica para realização do levantamento sociofundiário que deverá contemplar: <ul style="list-style-type: none"> – O cadastro e a qualificação dos moradores da UC (público de TC; público de TAC; e identificar público para reforma agrária. – O mapeamento dos usos dos recursos e ocupação do solo pelas comunidades ribeirinhas residentes e do entorno imediato da UC. – Uma análise da dominialidade das propriedades existentes no PNJu. 	X	X	X		
4.	Elaborar e executar estratégias para agilizar o processo de regularizações fundiária, considerando: <ul style="list-style-type: none"> – Os sindicatos e associações como agentes aglutinadores 	X	X	X		

Metas Atendidas	Ação Estratégica	Prazo/Ano				
		1	2	3	4	5
	para abertura dos processos de regularização fundiária. – A reversão de pagamentos de dívidas ativas com o governo – dação em pagamento de dívidas com o INSS (Lei Nº 10.635, de 30 de dezembro de 2002 e portaria MPS Nº 25, de 13 de janeiro de 2005). – A destinação da compensação ambiental de possíveis empreendimentos instalados que afetem direta e indiretamente a UC. – Implementar procedimentos de Compensação de Reserva Legal, conforme Termo de Reciprocidade ICMBio e SEMA – MT, Nº 2 de 2009, D.O.U. de 26/11/09.					
2.1; 4.2.	Estabelecer os TC e os TAC considerando os objetivos estratégicos do PNJu.		X	X		
2.1; 2.2.	Controlar e fiscalizar o cumprimento dos TC e TAC estabelecidos.			X	X	X
4.	Articular junto ao INCRA áreas para viabilizar a realocação de moradores.		X	X	X	X
4.3.	Resolver a sobreposição de áreas do PNJu com outras áreas protegidas (com o Parque Estadual Igarapés do Juruena; com a Reserva Ecológica Apiakás e com a possível criação de uma TI): – Articular a solução para a sobreposição com a SEMA/MT. – Acompanhar o processo de criação da TI, envolvendo a direção do ICMBio na negociação junto à FUNAI.	X	X	X	X	X
4.	Instaurar processos para regularização das propriedades localizadas nas zonas de uso intensivo Salto Augusto e Ximari, consideradas prioritárias para a Regularização fundiária do PNJu.	X	X	X	X	X
4.	Promover a regularização fundiária da UC (Glebas Urucu e São Benedito), localizadas em terras da União, conforme a Portaria Interministerial Nº 43, de 04/12/2009.	X	X	X	X	X
4.	Sistematizar no Banco de Dados do PNJu todas as informações da consolidação territorial das ações deste Programa.	X	X	X	X	X

4.2.1.5. Programa Temático de Integração Externa

Objetivo do Programa

Este programa busca reduzir os impactos ambientais ocorridos na zona de amortecimento e diminuir a pressão sobre os recursos naturais da UC.

Objetivos Estratégicos a Serem Atendidos

- Proteger a integridade dos ambientes fluviais do PNJu.
- Proteger ambientes florestais, os mosaicos de áreas naturais abertas e a biodiversidade associada.
- Garantir a Manutenção dos Serviços Ambientais do PNJu.
- Promover o ordenamento territorial.
- Incentivar a pesquisa científica e o monitoramento.
- Promover o Uso Público com participação social.
- Estimular o uso e a produção sustentáveis dos recursos na ZA.

Este programa compreende os subprogramas de Relações Interinstitucionais, Educação Ambiental, Conselho Consultivo, Integração com o Entorno e Alternativas de Desenvolvimento. O plano de trabalho, apresentado na Tabela 4.6, apresenta as ações organizadas por subprogramas.

Tabela 4.6: Plano de Ação do Programa de Integração Externa, por subprogramas.

Metas Atendidas	Ação Estratégica	Prazo/Ano				
		1	2	3	4	5
Subprograma de Relações Interinstitucionais						
	Desenvolver o subprograma de Relações Interinstitucionais visando identificar e estabelecer parcerias formais com entidades do governo e da sociedade civil segundo as especificidades para atingir os objetivos de conversação, com destaque para as instituições abaixo listadas:					
	– FUNAI: para estabelecer relação de vizinhança com a Terra Indígena dos Mundurucus e Kayabi, alianças no posicionamento diante do licenciamento de empreendimentos e infra-estrutura na região.					
	– DNPM: para garantir a participação da equipe do PNJu nos processos de licenciamento de mineração, extração de rochas e extração de calcário na TI Kayabi.					
	– INCRA, INTERMAT, SEMA, Prefeitura de Cotriguaçu: para resolução de conflitos no PA Nova Cotriguaçu.					
	– INCRA, SEMA: para implementar programa de compensação de Reserva Legal.					
	– Órgãos licenciadores: para estabelecimento do fluxo e padronização de procedimentos para análise dos empreendimentos.					
1.1; 1.2; 1.3; 2.3; 3.1; 4.;	– SEMA MT: para promover licenciamento na ZA, ações integradas nas áreas de sobreposição com UC estaduais e regularização fundiária.	X	X	X	X	X
5.1; 6.; 7.	– IPHAN, Emílio Goeldi, CECAV: para o manejo dos sítios arqueológicos e cavidades naturais.					
	– SDS/AM: parceria na região da comunidade da Barra, com objetivo de oferecer alternativas econômicas legais (cadeias de produtos da sociobiodiversidade e Uso Público, além da bolsa floresta do programa de mudanças climáticas) para os residentes, em especial mitigar as atividades impactantes como o garimpo e a pesca esportiva e comercial dentro do PNJu.					
	– SDS/AM: para direcionar o uso dos recursos da comunidade da Barra de São Manoel para a RDS Bararati.					
	– Comunidades extrativistas: parceria em atividades de proteção e logística.					
	– Comunidades indígenas: ações de proteção e logística.					
	– IBAMA: parceria em atividades de proteção, educação ambiental e fortalecimento comunitário.					
	– MAPA/CONAB: para relação com os pecuaristas visando o fomento de técnicas agrossilvopastoril (pecuária orgânica).					
	– Ministério Público Federal: para o estabelecimento dos termos de compromissos e termos ajuste de conduta e auxiliar na resolução de conflitos.					

Metas Atendidas	Ação Estratégica	Prazo/Ano					
		1	2	3	4	5	
	<ul style="list-style-type: none"> – Ministério Público Estadual: auxiliar na resolução de conflitos. – FN Jatuarana, SDS/AM, CUCO/SEMA/MT: para ações integradas no Rio Sucunduri. – Prefeituras de Mato Grosso (Apiacás, Nova Bandeirantes e Alta Floresta), iniciativa privada (pousadas e hotéis), empresários de táxi aéreo, trade turístico e fóruns locais e estaduais, além da Secretaria Estadual de Turismo: para viabilizar o Uso Público. – SEBRAE: para elaborar estudos e apoiar projetos de alternativa econômica de renda no entorno e de viabilidade turística do PNJu. – Iniciativa privada que compra produtos da cadeia da sociobiodiversidade. – Associações locais, empresários do setor madeireiro e de turismo: para fomentar o manejo florestal de baixo impacto e o ecoturismo. – OSCIP e ONG: Sociedade Formigas, ICV e WWF – para ações de melhoria da qualidade de vida das comunidades. – PPBio: para implantação de programa de pesquisa. 						
Subprograma de Educação Ambiental							
	<p>Desenvolver o subprograma de Educação Ambiental visando envolver principalmente os seguintes públicos nos objetivos de conservação do PNJu:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Comunidades ribeirinhas. – Segmentos do turismo e turistas. – Pescadores esportivos. – Operadores de pesca esportiva (pilotos e pousadas), – Madeireiros e fazendeiros da Zona de Recuperação e do entorno e suas associações. – Garimpeiros. <p>A Educação Ambiental deverá ser considerada em todo o Programa de Integração Externa, como um tema transversal, e também desenvolver as ações específicas abaixo identificadas.</p>						
1.1; 1.2; 1.3; 2.3; 6.; 7.1.			X	X	X	X	X
1.1; 1.2; 1.3; 2.3.	Demonstrar e sensibilizar o público a importância da conservação dos ambientes, espécies e funções que justificam a existência do PNJu.		X	X	X	X	
1.1; 1.2; 1.3; 2.3; 6.; 7.1.	<p>Educar, por variados meios, para coibir as principais ameaças ao PNJu, tais como incêndios, desmatamento, garimpo, extração ilegal de madeira, caça, pesca comercial e esportiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Envolver os moradores do entorno e interior do Parque em atividades que favoreçam a proteção da UC. – Divulgar as leis ambientais e instrumentos jurídicos relativos ao PNJu. 		X	X	X	X	
1.1; 1.2; 1.3; 2.3; 6.; 7.1.	Produzir e disponibilizar material didático e/ou de divulgação para trabalhar a importância da conservação do PNJu.		X	X	X	X	
1.1; 1.2; 1.3; 2.3.	Informar as comunidades e municípios do entorno sobre empreendimentos e infra-estruturas planejadas para a região, em especial aquelas com grandes impactos como os barramentos nos corpos d'água.						

Metas Atendidas	Ação Estratégica	Prazo/Ano				
		1	2	3	4	5
1.1; 1.2; 1.3; 2.3; 6.; 7.1.	Elaborar e colocar no ar o site do PNJu como instrumento de divulgação do parque, importância ecológica, Uso Público, pesquisas, educação ambiental e informações do Plano de Manejo.	X	X	X	X	X
Subprograma Conselho Consultivo						
	Elaborar o Plano de Trabalho para Criação do CC: – Mobilizar os agentes identificados no Plano, para compor o CC.	X				
1.; 2.; 3.; 4.; 5.; 6.; 7.	Criar e manter o CC do PNJu: – Na estruturação do Conselho deverá ser garantida a representatividade de agentes sociais envolvidos com os objetivos do Parque.	X	X	X	X	X
1.; 2.; 3.; 4.; 5.; 6.; 7.	Capacitar os membros do Conselho visando a sua participação qualificada na gestão da UC: – Capacitar a equipe gestora e os conselheiros sobre as competências do Conselho, funcionamento e gestão participativa; – Buscar intercâmbio com CC já estabelecidos de outras UC de Proteção Integral.		X	X	X	X
1.2; 3.1.	Subsidiar os conselheiros com informações sobre os empreendimentos e infraestruturas planejadas para a região, em especial aquelas com grandes impactos como os barramentos nos corpos d'água. – Estimular o debate nas reuniões do CC de temas conflitantes com os objetivos de criação do PNJu. – Produzir conhecimento necessário ao processo de tomada de decisões.			X	X	X
1.2; 3.1.	Demandar o conselho a se posicionar em relação aos projetos de barramentos, licenciamento de empreendimentos e na relação com a FUNAI.			X	X	X
4.4.	Articular o conselho consultivo do PNJu com o conselho do Mosaico da Amazônia Meridional.			X	X	X
Subprograma Integração com o Entorno						
1.; 2.; 3.; 6.2.; 7.1.	Desenvolver o subprograma de Integração com o entorno considerando principalmente as áreas protegidas vizinhas, os pequenos agricultores e as comunidades do entorno e ribeirinhas.	X	X	X	X	X
1.; 2.; 3.; 6.2.; 7.1.	Promover ações integradas de proteção, educação ambiental, comunicação e alternativas de desenvolvimento com as áreas do entorno, em especial, no Núcleo Nova União (SEMA/MT e PE Igarapé do Juruena), na comunidade da Barra de São Manoel (SDS/AM e RDS Bararati) e no Sucunduri o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e a Flona de Jatuarana.	X	X	X	X	
4.1; 7.1; 7.2.	Buscar integração com as associações de produtores rurais, prefeituras e câmaras municipais na divulgação do programa de compensação ambiental por Reserva Legal e demais assuntos do subprograma de comunicação deste plano.	X	X	X	X	X
1.; 2.; 3.; 6.2.; 7.1.	Participar da construção de uma nova identidade territorial na região, onde sejam reconhecidos e valorizados os atributos do PNJu e o patrimônio imaterial e cultural da sociedade e povos do local, diminuindo as pressões e ameaças sobre os recursos naturais:	X	X	X	X	X

Metas Atendidas	Ação Estratégica	Prazo/Ano				
		1	2	3	4	5
	– Incentivar o desenvolvimento de alternativas de renda e do Turismo regional.					
4.2.	Garantir a reprodução social e as atividades de subsistência das populações ribeirinhas do PNJu por meio da celebração de TC entre as famílias residentes e o ICMBio, incluindo as famílias da comunidade da Barra: – Celebrar TC com as famílias residentes (população tradicional), a fim de compatibilizar sua subsistência e o uso sustentável dos recursos naturais do PNJu, enquanto se busca outras fontes alternativas de recursos. – Celebrar TC com as famílias residentes na comunidade da Barra a fim de compatibilizar sua subsistência e o uso sustentável dos recursos naturais do PNJu, enquanto se busca outras fontes alternativas de recursos.		X	X		
4.2.	Estabelecer nova forma de relacionamento com os proprietários de terras do interior do parque por meio do estabelecimento dos TAC.		X	X		
6.3; 7.	Sistematizar e divulgar as lições aprendidas e promover intercâmbios das experiências bem sucedidas: – Articular ações com o MMA e ICMBio/Populações Tradicionais, para incentivar e promover a participação dos comunitários em Encontros Nacionais de Povos e Comunidades Tradicionais.	X	X	X	X	X
1.1; 1.2; 1.3; 2.3.	Estabelecer relação de vizinhança com as Terras Indígenas do entorno visando seu envolvimento nos esforços de conservação da região e posicionamento em relação aos empreendimentos de significativo impacto ambiental no entorno do PNJu.	X	X	X	X	X
7.	Buscar em conjunto com as comunidades do entorno, alternativas de desenvolvimento local que conciliem os objetivos do PNJu e as necessidades da população do entorno da UC.	X	X	X	X	X
	Planejar e implantar, em conjunto com os demais órgãos envolvidos com o Mosaico da Amazônia Meridional, um Sistema Integrado de Sinalização, com funções indicativas, informativas e interpretativas.			X	X	X
Subprograma Alternativas de Desenvolvimento						
1.3; 2.3; 6.3.	Viabilizar parcerias para apoiar alternativas econômicas de renda legais, como cadeias de produtos da sociobiodiversidade, a participação nas atividades de turismo e do Uso Público, além de programas governamentais que possam fomentar atividades sustentáveis.	X	X	X	X	X
7.1.	Apoiar a identificação de compradores para os produtos da floresta e cadeia da sociobiodiversidade.	X	X	X	X	X
7.1.	Buscar parcerias para capacitar os extrativistas e viabilizar a comercialização da produção.	X	X	X	X	X
7.	Fomentar, por meio de parceiros, a implantação de sistemas agroflorestais no entorno, tendo os assentamentos como foco principal.	X	X	X	X	X
7.2.	Identificar parcerias para estimular a implantação e certificação dos planos de manejo florestais de baixo impacto e outros estímulos que possam contribuir para a organização do setor.	X	X	X	X	X
7.1.	Identificar parcerias para estimular o mercado de banco de sementes com espécies locais. E a certificação do banco de sementes, para					

Metas Atendidas	Ação Estratégica	Prazo/Ano				
		1	2	3	4	5
	que possa participar inclusive do comércio internacional.					
5.; 7.	Divulgar procedimentos de pagamento de redução das emissões de carbono (REDD) para particulares.					
7.	Promover na região, juntamente com instituições parceiras, o desenvolvimento e o ordenamento do turismo de base comunitária: <ul style="list-style-type: none"> – Integrar o turismo regional ao Uso Público do PNJu. – Apoiar cursos de capacitação (recepcionistas, condutores locais, camareiras, cozinheiras, guias-piloteiros, etc.). – Apoiar o desenvolvimento de um “selo” e “marketing” relacionados à identidade territorial, a serem definidos de forma participativa. – Apoiar o desenvolvimento do turismo sustentável na Barra de São Manoel e Colares. 	X	X	X	X	X
6.; 7.	Promover o fortalecimento da participação social por meio de capacitações locais (associativismo, cooperativismo, negócios de Uso Público, entre outras) e dar continuidade ao fortalecimento das associações comunitárias da Barra de São Manoel e Colares.	X	X	X	X	X
1.2; 1.3; 2.3; 4.	Apoiar a implementação do PAE São Benedito, como estratégia para desmobilização do Garimpo Colares.	X	X	X	X	X
1.1; 1.3; 2.3; 3.1.	Participar dos levantamentos e estudos sobre os projetos de infraestrutura da região, em especial os projetos de barramentos, analisando o seu impacto sobre o PNJu: <ul style="list-style-type: none"> – Articular uma rede de alianças para evitar os barramentos dos corpos d’água e o licenciamento de empreendimentos de alto impacto. 	X	X	X		
	Gestionar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais das áreas da saúde e educação e assistência social para que o atendimento às comunidades do entorno venha apoiar o seu desenvolvimento sustentado: <ul style="list-style-type: none"> – A administração do PNJu apoiará as ações dos órgãos estaduais atuantes na área de entorno, mas não assumirá as suas responsabilidades. 	X	X	X	X	X
1.3; 2.3; 5.1; 7.	Gestionar junto às prefeituras e outros órgãos competentes para a ampliação e/ou implantação de saneamento básico na região e zona de amortecimento do PNJu, incluindo a captação e distribuição de água potável, o sistema de esgoto e a destinação adequada do lixo, além do controle de mosquitos e vetores.	X	X	X	X	X

4.2.1.6. Programa Temático de Operacionalização

Objetivo do Programa

Este programa (programa meio) destina-se a assegurar o funcionamento do Parque, para garantir o desenvolvimento dos demais programas (programas fins).

O Programa de Operacionalização compreende os subprogramas de Administração e Finanças, Infraestrutura, Equipamentos e Manutenção, Sistema Integrado de Informações, Comunicação

e Marketing. Este é um programa meio e sua meta é viabilizar a gestão do PNJu, garantindo o desenvolvimento de todos os demais programas (programas fins).

A meta do programa será atingida por meio das ações apresentadas na Tabela 4.7, priorizadas e organizadas por subprogramas.

Tabela 4.7: Plano de Trabalho do Programa de Operacionalização, por subprogramas.

Ação Estratégica	Prazo/Ano				
	1	2	3	4	5
Subprograma Administração e Finanças					
Compor o quadro de pessoal para atender às demandas estabelecidas neste documento, conforme organograma da Figura 4.2:					
– Os funcionários deste quadro poderão ser provenientes do ICMBio e de prestadores de serviços e/ou pessoal cedido pelas prefeituras, universidades ou outras instituições conveniadas ou parceiras.	X	X	X	X	X
– As atividades técnicas poderão contar com o auxílio de estagiários, monitores e voluntários.					
– Os funcionários cedidos por terceiros deverão trabalhar subordinados à administração do Parque.					
Mapear todas as atividades rotineiras e estabelecer protocolos específicos para cada atividade com objetivo de compor o Manual de Procedimentos do PNJu:					
– O Manual de Procedimentos servirá para ordenar e acelerar a execução das ações de manejo e, também, para manter a memória da organização administrativa.	X	X	X	X	X
Estabelecer normas internas para sistematizar as análises dos processos e critérios para as autorizações.	X				
Implementar ferramentas gerenciais para a gestão do PNJu.	X	X	X	X	X
Autorizar, coordenar, supervisionar e acompanhar todas as atividades de pesquisa e monitoramento desenvolvidas.	X	X	X	X	X
Promover a capacitação da equipe gestora em ferramentas gerenciais e técnicas para execução, controle e avaliação das ações previstas no Plano de Manejo.	X	X	X	X	X
Otimizar os recursos financeiros existentes (ARPA e recursos orçamentários) e buscar novas fontes, outros programas e serviços ambientais.	X	X	X	X	X
Capacitar o quadro funcional em suas diversas atividades e participar de cursos de atualização visando qualificar a gestão do PNJu.	X	X	X	X	X
Estabelecer e reforçar as parcerias identificadas em cada programa temático.	X	X	X	X	X
Organizar estratégia de destinação de materiais apreendidos.	X				
Promover a integração da gestão do Parque com as demais áreas protegidas que constituem o Mosaico da Amazônia Meridional.	X	X	X	X	X
Subprograma Infraestrutura, Equipamentos e Manutenção					
Planejar e construir a seguinte infraestrutura de apoio às atividades de manejo:					
– Bases de Apoio Flutuantes: Salto Augusto, Tapajós e Sucunduri.	X	X	X	X	X
– Seis Pontos de Apoio.					
– Doze Pontos de Acampamento.					

Ação Estratégica	Prazo/Ano				
	1	2	3	4	5
– As estruturas serão rústicas, utilizando materiais e técnicas de mínimo impacto, objetivando a sustentabilidade ambiental da unidade.					
Realizar continuamente a sinalização dos limites da UC e participar com os demais órgãos responsáveis na implantação do Sistema Integrado de Sinalização do Mosaico da Amazônia Meridional.	X	X	X	X	X
Viabilizar a aquisição dos materiais e equipamentos necessários para a gestão da UC.	X	X	X	X	X
Fazer revisão e manutenção periódica das instalações e equipamentos, materiais e vias internas do PNJu, conforme os protocolos estabelecidos no Manual de Procedimentos.		X	X	X	X
Subprograma Sistema Integrado de Informações					
Criar, manter e atualizar o Banco de Dados do PNJu contendo um sistema integrado das informações de interesse da unidade:					
– O Banco de Dados do PNJu estará associado ao SIG e aos bancos de dados específicos de cada programa.					
– As informações da situação fundiária das propriedades dentro do PNJu.	X	X	X	X	X
– As informações dos empreendimentos existentes na ZA, como autorizações, validades, datas de vistorias, etc, fornecidos pelo IBAMA, DNPM, SEMA, SDS, INCRA, deverão estar sistematizados no Banco de Dados.					
Elaborar o Plano de Comunicação e Marketing para a divulgação do Parque e seu Plano de Manejo:					
– Criar canais de comunicação utilizando todas as mídias, tais como jornais, rádio, TV, home page, e-mails, banners, radio amador, entre outros, para atingir todos os municípios, comunidades e entidades representativas.	X				
Divulgar a importância da conservação do PNJu (biológica, ambiental, social, econômica).	X	X	X	X	X
Viabilizar a utilização do PNJu em projetos de marketing (venda de imagem).					X
Divulgar o potencial da região para sediar eventos (<i>rally, rafting</i>).			X	X	X
Divulgar as oportunidades de visita oferecidas pelo PNJu e incentivar as visitas das comunidades locais.			X	X	X
Divulgar o quanto cada município da região arrecada de ICMS Ecológico em função da existência do PNJu:					
– Esta transparência além de apoiar a valorização do PNJu possibilita à sociedade sugerir formas de aplicação deste recurso pelas Prefeituras.	X	X	X	X	X
Divulgar o programa de compensação ambiental por Reserva Legal.	X	X	X	X	X
Disseminar informações sobre os impactos dos barramentos previstos comparados aos poucos benefícios (relação custo x benefício).	X	X	X	X	X
Utilizar expedições de pesquisa para a divulgação do PNJu e sua importância.			X	X	X
Divulgar a possibilidade de pagamento por serviços ambientais e REED.					

Para que o PNJu cumpra com seus objetivos finalísticos e operacionais, estabelecidos no presente planejamento, necessita de uma estrutura organizacional alinhada com os Programas e Subprogramas Temáticos, como consta no organograma da Figura 4.2.

Figura 4.2: Estrutura organizacional proposta para o Parque Nacional do Juruena.



4.2.2. Zoneamento do Parque Nacional do Juruena

4.2.2.1. Critérios do Zoneamento

Para definição do zoneamento do Parque Nacional do Juruena foram inicialmente considerados os objetivos da categoria de manejo, de acordo com o disposto na Lei do SNUC, as orientações do Roteiro Metodológico de Planejamento (Galante *et alii*, 2002), as áreas consideradas de maior relevância para os grupos temáticos estudados na Avaliação Ecológica Rápida e as diretrizes de ação, anteriormente descritas.

Na Oficina de Pesquisadores, utilizamos a base de dados espaciais disponível, cada pesquisador identificou as áreas importantes para ações de conservação, dentro do seu tema (meio físico; vegetação; entomofauna; herpetofauna; avifauna; mastofauna; socioeconomia e Uso Público), considerando a importância biológica e as ameaças/pressões existentes e potenciais, o status do conhecimento, os recursos hídricos etc. Com a sobreposição dos mapas temáticos por fusão de todos os critérios dos grupos por intersecção das poligonais foram identificadas as áreas de maior prioridade comuns para os oito grupos, seguidas das prioritárias para sete grupos e assim sucessivamente.

Os resultados por grupo temático são apresentados na Figura 4.3 e o resultado da sobreposição dos zoneamentos temáticos, bem como o resultado final de zoneamento proposto pelos pesquisadores constam na Figura 4.4.

Figura 4.3: Espacialização das áreas prioritizadas por critérios temáticos visando o zoneamento do Parque Nacional do Juruena.

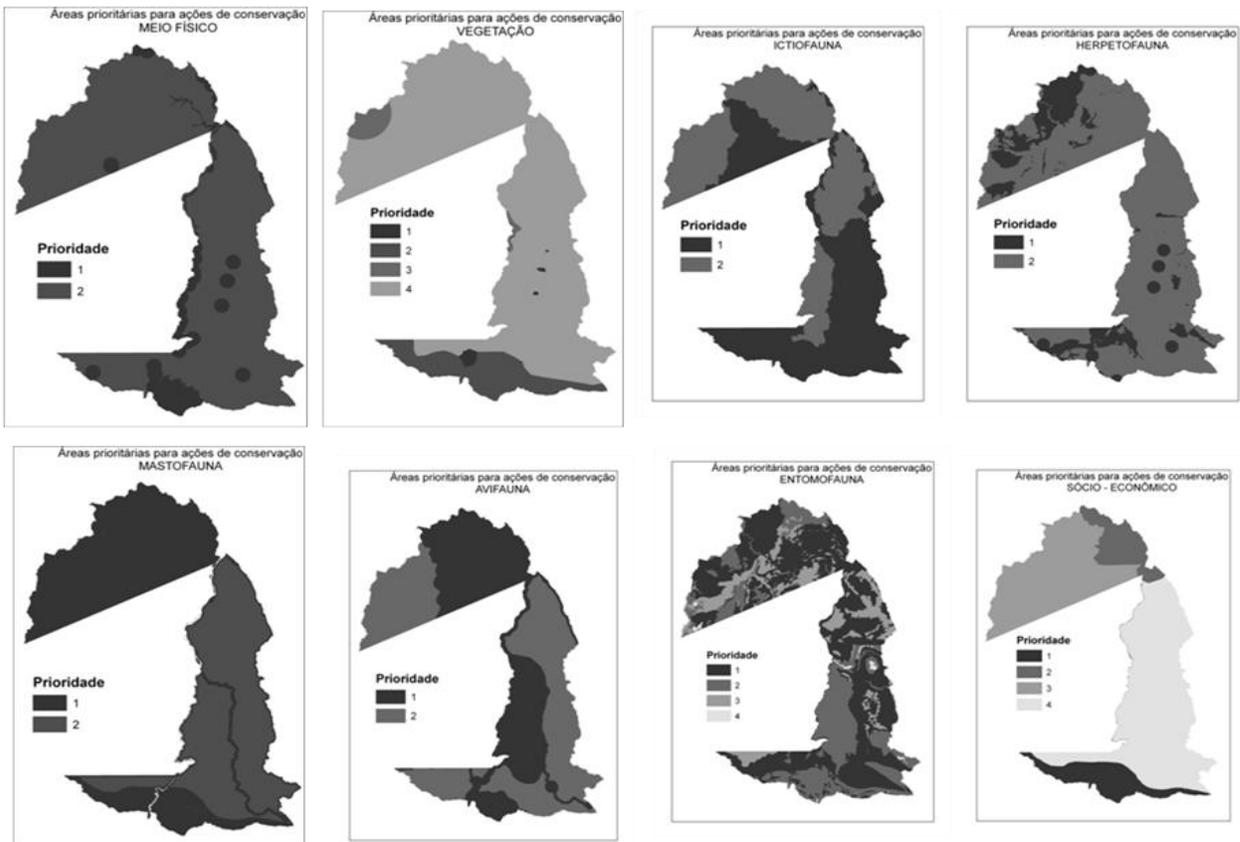
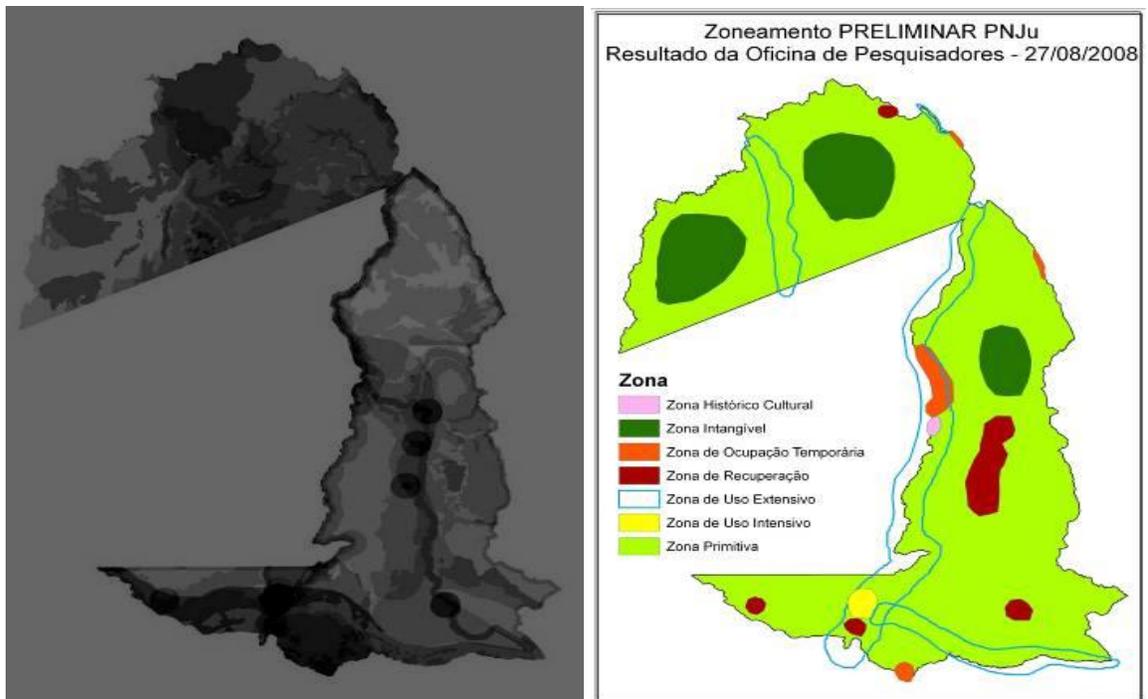


Figura 4.4: Resultado da sobreposição dos zoneamentos temáticos e zoneamento preliminar proposto pelos pesquisadores.



Esta proposta preliminar, juntamente com os resultados dos “mapas falados” dos usos da terra feitos na Oficina de Planejamento Participativo foram integradas em uma proposta única de zoneamento, discutida e aprovada na oficina de planejamento, utilizando como critérios a variabilidade ambiental, o grau de conservação da vegetação, a representatividade, a riqueza e a diversidade de espécies, a fragilidade ambiental, o potencial para educação ambiental, os usos atuais, as áreas críticas que necessitam de recuperação, a presença de população e as pressões externas.

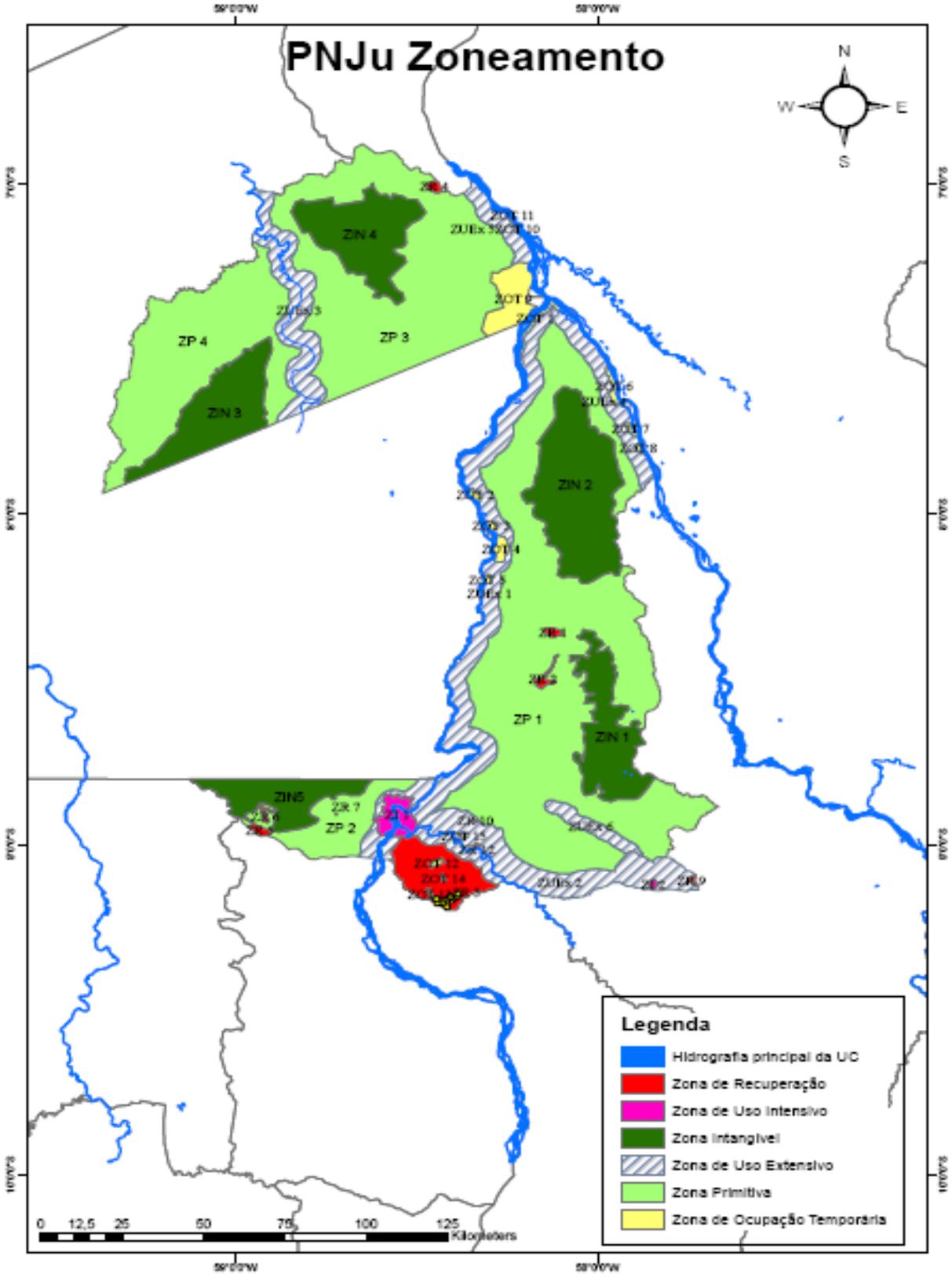
O conjunto dessas características singulares determinou o estabelecimento da Zona Intangível em cinco áreas do PNJu; circundadas por uma extensa Zona Primitiva, dividida em quatro áreas; seis áreas como Zona de Uso Extensivo, três áreas de Uso Intensivo; 12 áreas como Zona de Recuperação e 16 áreas como Zona de Ocupação Temporária. A área e a proporção de cada zona no contexto geral do PNJu podem ser visualizadas na Tabela 4.8 e na Figura 4.5.

Tabela 4.8: Área ocupada por cada zona e seu percentual em relação à área total do Parque Nacional do Juruena.

Zona	Área (ha)	%	Total (ha)	Total (%)
Zona Intangível (ZI)				
ZI 1 – Montanhas do São Tomé	70.540	3,60	405.209,14	20,67
ZI 2 – Nascentes do rio São Tomé	127.073	6,48		
ZI 3 – Urucu	77.799	3,97		
ZI 4 – Igarapé das Pedras	80.195	4,09		
ZI 5 – Nascentes do Bararati	49.600	2,53		
Zona Primitiva (ZP)				
ZP 1 – Juruena	548.445	22,99	1.128.853,64	57,61
ZP 2 – Cotriguaçu	55.124	2,81		
ZP 3 – Sucunduri Tapajós	314.834	16,07		
ZP 4 – Sucunduri Jatuarana	210.448	10,74		
Zona de Uso Extensivo (ZUEx)				
ZUEx 1 – Rio Juruena	140.049	7,15	352.631,63	17,99
ZUEx 2 – Apiacás	88.403	4,51		
ZUEx 3 – Sucunduri	62.231	3,17		
ZUEx 4 – Teles Pires	32.123	1,64		
ZUEx 5 – Tapajós	16.386	0,84		
ZUEx 6 – Cachoeiras do São Tomé	13.437	0,68		
Zona de Uso Intensivo (ZUI)				
ZI 1 – Cachoeira Salto Augusto	13.426	0,68	14.024	0,71
ZI 2 – Ximari	521	0,03		
ZI 3 – Tapajós	76	0,004		
Zona de Recuperação (ZR)				
ZR 1 – Bigode	1.129	0,06	51.209	2,61
ZR 2 – Novo Paraíso	1.760	0,09		
ZR 3 – Nova Bandeirante	4.063	0,21		

Zona	Área (ha)	%	Total (ha)	Total (%)
ZR 4 – Colares	1.279	0,06		
ZR 5 – Cotriguaçu 1	1.506	0,07		
ZR 6 – Cotriguaçu 2	787	0,04		
ZR 7 – Cotriguaçu 3	15	0,0007		
ZR 8 – Cotriguaçu 4	12	0,0006		
ZR 9 – Ximari	402	0,02		
ZR 10 – São João	62	0,003		
ZR 11 – Palmito	12	0,0006		
ZR 12 – Apiacás	179	0,009		
Zona de Ocupação Temporária (ZOT)				
ZOT 1 – Navalha	3.403	0,17		
ZOT 2 – Severino Coelho	1.103	0,06		
ZOT 3 – Severino Mutum	814	0,04		
ZOT 4 – Pontal	3.267	0,17		
ZOT 5 – Castanhal	598	0,03		
ZOT 6 – Teles Pires 1	2.161	0,11		
ZOT 7 – Teles Pires 2	977	0,05		
ZOT 8 – Teles Pires 3	544	0,03		
ZOT 9 – Barra de São Manuel	24.108	1,23	39.209	2,00
ZOT 10 – Comunidade Santa Rita	269	0,01		
ZOT 11 – Tapajós	220	0,01		
ZOT 12 – Nova Bandeirante 1	799	0,04		
ZOT 13 – Nova Bandeirante 2	423	0,02		
ZOT 14 – Nova Bandeirante 3	192	0,009		
ZOT 15 – Apiacás	326	0,01		
ZOT 16 – Garimpo Clareira	São pontos, sem área.			

Figura 4.5: Zoneamento do Parque Nacional do Jurueña.



4.2.2.2. Zonas de Manejo

4.2.2.2.1. Zona Intangível

Definição

É aquela onde a primitividade da natureza permanece o mais preservada possível, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas onde já são permitidas atividades humanas regulamentadas. Esta zona é dedicada à proteção integral de ecossistemas, dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental (Galante *et alii*, 2002).

Objetivo Geral

O objetivo básico do manejo é a preservação, garantindo os processos de evolução natural com proteção e fiscalização de baixo impacto e possibilitar atividades de pesquisa científica que não alterem as características naturais.

Descrição e Objetivos Específicos

Considerando o relevo, a altitude, o grau de conservação da vegetação, os recursos hídricos e a localização das nascentes, foram identificadas cinco áreas a serem conservadas como intangíveis: a Zona Intangível Montanhas do São Tomé (ZI 1); a Zona Intangível Nascentes do rio São Tomé (ZI 2); a Zona Intangível Urucu (ZI 3); a Zona Intangível Igarapé das Pedras (ZI 4); a Zona Intangível Nascentes do Bararati (ZI 5). Estas áreas somam 405.209,14ha, representando 20,67% da área da unidade.

Zona Intangível Montanhas do São Tomé (ZI 1): com área de 70.540ha, que correspondem a 3,5% da área total da Unidade, abrange a região de maiores altitudes no PNJu, nas cotas acima de 160m, atingindo altitudes acima de 360, com um gradiente de mais de 200m, com Floresta Estacional Semidecidual Submontana, Floresta Ombrófila Submontana Aberta e Densa e Encraves de Savana.

Zona Intangível Nascentes do Rio São Tomé (ZI 2): com área de 127.073ha, que correspondem a 6,4% da área total da Unidade, abrange parte da serra até o limite com a TI Kayabi, abrigando as principais nascentes do Rio São Tomé e parte de uma importante Serra na região do pontal, com predomínio de Floresta Ombrófila Densa e Encraves de Savana.

Zona Intangível Urucu (ZI 3): com área de 77.799ha, que correspondem a 3,9% da área total da Unidade, abrange o lado direito da bacia do Rio Urucu e suas nascentes e a Serra do Bonet, até o limite do Parque Estadual Sucunduri, com vegetação florestal e savanas.

Zona Intangível Igarapé das Pedras (ZI 4): com área de 80.195ha, que correspondem a 4% da área total da Unidade, abrange a micro bacia do Igarapé das Pedras, totalmente incluída dentro dos limites do PNJu.

Zona Intangível Nascentes do Bararati (ZI 5): com área de 49.600ha, que correspondem a 2,5% da área total da Unidade, abrange toda a área das nascentes do Rio Bararati dentro do PNJu em uma parte da Serra, com ambientes raros e frágeis, predominantemente florestais.

Normas

- » Não será permitida a visitação a qualquer título.
- » As atividades humanas serão limitadas à pesquisa, ao monitoramento e à fiscalização, exercidas somente em casos especiais.
- » A pesquisa ocorrerá exclusivamente com fins científicos, desde que não possa ser realizada em outras zonas.

- » A fiscalização será eventual, em casos de necessidade de proteção da zona, contra caçadores, fogo e outras formas de degradação ambiental.
- » As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais.
- » Não serão permitidas quaisquer instalações de infraestrutura.
- » É proibido o tráfego de veículos nesta zona, exceto em ocasiões especiais, em casos de necessidade de proteção da Unidade.

4.2.2.2.2. Zona Primitiva

Definição

É uma área natural com pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos de grande valor científico. Deve possuir características de transição entre a Zona Intangível e a Zona de Uso Extensivo (Galante *et alii*, 2002).

Objetivo Geral

Preservar o ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica.

Descrição e Objetivos Específicos

Zona Primitiva (ZP): compreende uma área total de 1.128.853,64ha que correspondem a 57,61% da área total do PNJu, e compreende quatro áreas separadas por outras zonas: a Zona Primitiva Juruena (ZP 1) é a maior, com 548.445mil ha ou 22,990% da Unidade; Zona Primitiva Cotriguaçu (ZP 2), com 55.124ha (2,81%); Zona Primitiva Sucunduri – Tapajós (ZP 3), com 314.834ha (16,07%) e a Zona Primitiva Sucunduri – Jatuarana (ZP 4) com 210.448ha (10,74%), incluindo todos os tipos de ambientes existentes na Unidade, com grande diversidade de espécies tanto da flora como da fauna. Seu objetivo específico é possibilitar a realização de pesquisas científicas em ambientes naturais pouco alterados e proteger a Zona Intangível.

Normas

- » As atividades permitidas serão a pesquisa, o monitoramento ambiental e a fiscalização.
- » As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais.
- » Os pesquisadores e equipe da fiscalização serão orientados a não deixarem lixo nessas áreas.
- » Não serão permitidas quaisquer instalações de infraestrutura.
- » É proibido o tráfego de veículos nesta zona, exceto em ocasiões especiais, em casos de necessidade de proteção da Unidade.
- » A fiscalização será constante.

4.2.2.2.3. Zona de Uso Extensivo

Definição

É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas. Caracteriza-se como uma transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo. O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso aos públicos com facilidade, para fins educativos e recreativos (Galante *et alii*, 2002).

Objetivo Geral

Propiciar espaços para o desenvolvimento de programas de sensibilização, informação, e educação ambiental, sem comprometer os atributos naturais.

Descrição e Objetivos Específicos

Com um total de 352.631,64ha que correspondem a 17,99% da área total do PNJu, compreende cinco diferentes áreas ao longo dos Rios Juruena, São João da Barra, Sucunduri, Teles Pires e Tapajós, com o objetivo de possibilitar a sua utilização para trânsito de embarcações e visitação controlada, de baixo impacto, além de possibilitar a pesquisa e o monitoramento ambiental.

Zona de Uso Extensivo Rio Juruena (ZUEx 1): corresponde a uma faixa de 3km ao longo da margem direita do Rio Juruena, com 140.049ha (7,15% da Unidade), englobando a Caverna da onça, área com pinturas rupestres do São Simão e ecossistema diferenciado (Capinarana) e ao longo de parte da margem esquerda, no Estado de Mato Grosso. O Rio é utilizado para o trânsito de moradores, travessias, uso público e possui áreas de acampamento e a ZUEx poderá oferecer trilhas interpretativas, arborismo, visitação, entre outros.

Zona de Uso Extensivo Apiacás (ZUEx 2): corresponde a uma faixa de 3km ao longo da margem esquerda do rio São João da Barra, no município de Nova Bandeirantes, e na margem direita, a faixa que vai até os limites naturais do divisor de águas (topo de morro) da Serra de Apiacás, com um total de 88.403ha (4,51% da Unidade). O Rio é utilizado para o trânsito de moradores e travessias e poderá ser usado para o Uso Público, de baixo impacto, com implantação de trilhas e arborismo. Nesta zona será implementado módulo permanente de pesquisa do PPBio e infraestrutura de apoio as atividades dos pesquisadores.

Zona de Uso Extensivo Sucunduri (ZUEx 3): corresponde a uma faixa de 3km ao longo das margens esquerda e direita do Rio Sucunduri, com 62.231ha (3,17% da Unidade). O Rio é utilizado como via de acesso e trânsito e poderá ser área de Uso Público controlado, com implantação de trilhas, acampamentos e arborismo.

Zona de Uso Extensivo Teles Pires (ZUEx 4): corresponde a uma faixa de 5km ao longo margem esquerda do Rio Teles Pires, com 32.123ha, correspondendo a menos de 2% da Unidade (1,64%). Esse trecho é utilizado como via de acesso, travessia e trânsito e poderá ser área de Uso Público controlado, com implantação de trilhas, acampamentos e arborismo. As ilhas do Parque Nacional do Juruena, localizadas no Rio Teles Pires, correspondem a 1.251,59ha e fazem parte dessa zona.

Zona de Uso Extensivo Tapajós (ZUEx 5): corresponde a uma faixa de 5km ao longo da margem esquerda do Rio Tapajós, com 16.386ha (0,84% da Unidade), incluindo a Cachoeira do Roncador e o Morro São Benedito, que além de ser atrativo cênico tem uso religioso pela comunidade local. O uso atual deverá ser ordenado e o local receber infraestrutura para a segurança dos usuários. A área será utilizada para Uso Público controlado, com implantação de trilhas, acampamentos e arborismo.

Zona de Uso Extensivo Cachoeiras do São Tomé (ZUEx 6): corresponde a uma faixa de 2km ao longo do acesso e das Cachoeiras que estão localizadas no Rio São Tomé, com 13.437ha (0,68% da Unidade). Essa área visa o ordenamento do Uso Público controlado com implantação de infraestrutura, trilhas, acampamentos e arborismo.

Normas

- » As atividades permitidas serão a pesquisa, o monitoramento ambiental, a fiscalização e a visitação, acampamento em áreas pré-estabelecidas e Uso Público.
- » A sinalização admitida é aquela indispensável para a proteção dos recursos naturais do PNJu, para a segurança e educação ambiental do visitante.

- » A infraestrutura permitida é aquela indispensável às atividades previstas.

4.2.2.2.4. Zona de Uso Intensivo

Definição

É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter: administração, centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços.

Objetivo Geral

Facilitar a recreação intensiva e a educação ambiental em harmonia com o meio.

Descrição e Objetivos Específicos

Com um total de 14.024ha que correspondem a 0,71% da área total do PNJu, compreende duas áreas, a ZUI 1 - Cachoeira Salto Augusto e a ZUI 2 – Ximari e ZUI 3 - Tapajós, onde a visitação poderá ser mais intensiva, e com infraestrutura apropriada, além de possibilitar a pesquisa e o monitoramento ambiental.

Zona de Uso Intensivo Cachoeira Salto Augusto (ZUI 1): abrange as duas margens do Rio Juruena, seguindo pelos divisores naturais, incluindo as cachoeiras do Salto Augusto, a corredeira São João da Barra e o Tabuleiro, a Fazenda 12 de abril, a Caverna do Morcego e parte do Rio São João, com um total de 13.426ha ou 0,68% da Unidade.

Zona de Uso Intensivo Ximari (ZUI 2): corresponde à área aberta da Fazenda Soberana, com 521ha ou 0,03% da Unidade.

Zona de Uso Intensivo Tapajós (ZUI 3): corresponde a área aberta na localidade denominada Santa Rita, com 76,22ha ou 0,004% da Unidade.

Normas

- » A visitação nesta zona será ordenada de acordo com o estabelecido no Plano de Uso Público.
- » As atividades previstas devem contribuir para a sensibilização do visitante quanto à conservação dos ambientes visitados.
- » A infraestrutura implantada deverá estar integrada com o ambiente natural local.
- » A proteção dos ambientes e dos visitantes será permanente nos períodos de visitação.

4.2.2.2.5. Zona de Recuperação

Definição

É aquela que contém áreas consideravelmente antropizadas. Zona provisória, uma vez restaurada, será incorporada novamente a uma das Zonas Permanentes. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou naturalmente induzida. O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos ou restaurar a área. Esta Zona permite.

Objetivo Geral

Deter a degradação dos recursos ou restaurar a área. Esta Zona permite o Uso Público somente para a educação, além de pesquisa e proteção.

Descrição e Objetivos Específicos

Com um total de 51.209ha, corresponde a 2,61% da área total do PNJu, compreendendo as seguintes 12 áreas:

Zona de Recuperação Bigode (ZR 1): área de garimpo na margem do rio São Tomé (1.129ha).

Zona de Recuperação Novo Paraíso (ZR 2): área de garimpo na bacia do rio São Tomé. (1.760ha).

Zona de Recuperação Nova Bandeirantes (ZR 3): área do Município de Nova Bandeirantes no interior do PNJu, excluindo as áreas das ZUEX ao longo dos Rios Juruena e São João da Barra; são áreas de influência dos garimpos da Clareira, Novo Astro, Murilândia (desativado) e Juruena e áreas de desmatamento com 61ha e 485ha desmatados (44.063ha). O garimpo da Clareira encontra-se dentro desta zona. Existe uma estrada que dá acesso ao garimpo do Juruena que corta esta ZR3 entre as coordenadas: 58°16'52,15"W / 09°07'56,46"S e 58°30'17,75"W / 09°08'59,42" S. A estrada somente poderá ser usada para atividades lícitas com autorização dos órgãos competentes. A estrada não poderá ser usada para escoamento de produção qualquer que seja.

Zona de Recuperação Colares (ZR 4): área do garimpo Colares (1.279ha).

Zona de Recuperação Cotriguaçu 1 (ZR 5): áreas desmatadas após a criação do PNJu e alvo de invasão proveniente do PA Cotriguaçu após 2006 (1.505ha).

Zona de Recuperação Cotriguaçu 2 (ZR 6): área composta por 4 polígonos de desmatamento em regeneração (787ha).

Zona de Recuperação Cotriguaçu 3 (ZR 7): área com 15ha desmatados, com uma construção aberta após a criação do PNJu, 2007.

Zona de Recuperação Cotriguaçu 4 (ZR 8): área com 12ha desmatados, com construção desabitada (15ha). Desmate posterior a criação do PNJu.

Zona de Recuperação Ximari (ZR 9): área com 402ha desmatados, sem infraestrutura, atualmente utilizada como pasto (397ha).

Zona de Recuperação São João (ZR 10): área aberta com 62ha desmatados, com infraestrutura desabitada (62ha).

Zona de Recuperação Palmito (ZR 11): área com 12ha degradados, utilizados para coleta seletiva (extração) de palmito, com remanescentes da atividade como potes de vidro, tampas, tina, entre outros resíduos (12ha).

Zona de Recuperação Apiacás (ZR 12): área com 179ha desmatados ao norte da área de extração de Palmito (177ha).

Normas

- » A recuperação poderá ser induzida, mediante projeto específico.
- » Na recuperação induzida somente poderão ser usadas espécies nativas, devendo ser eliminadas as espécies exóticas porventura existentes.
- » As pesquisas sobre os processos de regeneração deverão ser incentivadas.
- » Não serão instaladas infraestruturas nesta zona, com exceção daquelas necessárias aos trabalhos de recuperação induzida.
- » A estrada somente poderá ser usada para trânsito visando atividades lícitas e com autorização do órgão competente.
- » A estrada não poderá ser usada para escoamento de produção qualquer que seja.

4.2.2.2.6. Zona de Ocupação Temporária

Definição

São áreas dentro das Unidades de Conservação onde ocorrem concentrações de populações humanas residentes e as respectivas áreas de uso. Zona provisória, uma vez realocada a população, será incorporada a uma das zonas permanentes (Galante *et alii*, 2002).

Objetivo Geral

As atividades relativas a esta zona estarão essencialmente voltadas para a proteção da Unidade, sendo também admitidas, conforme o caso, a pesquisa e a educação ambiental.

Descrição e Objetivos Específicos

Abrangendo um total de 39.209,39ha que correspondem a 2% da área do PNJu e corresponde á 16 pequenas áreas, algumas com colocações, duas áreas de uso e áreas de fazendas, já existentes na data da criação do Parque. O objetivo específico desta zona é a retirada dos ocupantes.

Zona de Ocupação Temporária Navalha (ZOT 1): faixa de cerca de 1 km nas margens dos Rios Juruena e Teles Pires. Área de uso comunitário, com retirada de palha de babaçu para cobertura das casas dos ribeirinhos e comunitários (3.404ha);

Zona de Ocupação Temporária Severino Coelho (ZOT 2): moradia do ribeirinho Sr. Severino Coelho, que reside neste local ha mais de 30 anos (1.103ha).

Zona de Ocupação Temporária Severino Mutum (ZOT 3): moradia do ribeirinho Sr. Severino Mutum, que reside neste local ha muitos anos (814ha).

Zona de Ocupação Temporária Pontal (ZOT 4): comunidade indígena que ocupa a área da pista do pontal (3.267ha).

Zona de Ocupação Temporária Castanhal (ZOT 5): área de uso comunitário para a coleta de castanha nos meses de dezembro a fevereiro (598ha).

Zona de Ocupação Temporária Teles Pires 1 (ZOT 6): área contínua com quatro ocupações ribeirinhas: Sr. Cipriano, Marivaldo, Paulo e Zé Pereira (2.161ha).

Zona de Ocupação Temporária Teles Pires 2 (ZOT 7): área com uma ocupação ribeirinha do Sr. Cristovam (977ha).

Zona de Ocupação Temporária Teles Pires 3 (ZOT 8): área com uma ocupação ribeirinha da Dona Marlene (544ha).

Zona de Ocupação Temporária Barra de São Manuel (ZOT 9): área de acesso da comunidade da Barra de São Manoel à RDS Bararati, abrangendo as áreas ocupadas temporariamente pelo Sr. Arnaldo e Sr. Pitanga (24.108ha).

Zona de Ocupação Temporária Comunidade Santa Rita (ZOT 10): área de ocupação, com construções que servem de residência (269ha).

Zona de Ocupação Temporária Tapaiós (ZOT 11): área contendo uma construção e criação de gado. Pendente de comprovação de ocupação anterior a criação do Parque (219ha), conhecida como área do Careca..

Zona de Ocupação Temporária Nova Bandeirantes 1 (ZOT 12): (Fazenda F3 - Jeferson Salomão) - área alterada / aberta na fazenda com registro na SEMA/MT (799ha).

Zona de Ocupação Temporária Nova Bandeirantes 2 (ZOT 13): área alterada / aberta na fazenda com registro na SEMA/MT (423ha).

Zona de Ocupação Temporária Nova Bandeirantes 3 (ZOT 14): (Fazenda Santo Antonio): área aberta antes da criação do PNJu, com infraestrutura e não cadastrada na SEMA/MT (192ha).

Zona de Ocupação Temporária Apiacás (ZOT 15): (Fazenda Mario Mota): área aberta antes da criação do PNJu, com infraestrutura e não cadastrada na SEMA/MT (324ha).

Zona de Ocupação Temporária Garimpo Clareira (ZOT 16): são 10 pontos cadastrados no Censo IBGE, com famílias residentes há mais de 20 anos, segundo dados do diagnóstico socioeconômico para este Plano de Manejo. Terão direito ao Termo de Compromisso as famílias que chegaram antes de junho de 2006. Foram considerados apenas os pontos do Censo do IBGE, sem áreas de uso, por estar localizado no interior do garimpo.

Normas

- » O uso da área deverá ser normatizado através do TC ou TAC estabelecidos com os ocupantes das ZOT.
- » Providências para a regularização fundiária definitiva deverão ser tomadas.

4.2.3. Zona de Amortecimento

Definição

O entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (Lei Nº 9.985/2000 Art. 2º inciso XVIII).

Critérios Utilizados no Estabelecimento da Zona de Amortecimento

A Zona de Amortecimento do PNJu está representada na Figura 4.6 e tem o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade, conforme o estabelecido na Lei do SNUC (Lei Nº 9.985/2000 Art. 2º inciso XVIII) e foi delimitada de acordo com os seguintes critérios:

- ✓ O limite mínimo de 10km, buscando limites identificáveis no campo como rios ou estradas.
- ✓ Unidades de Conservação em áreas contíguas ao PNJu: no Estado do Mato Grosso, o Parque Estadual Igarapés do Juruena, e no Amazonas, as Florestas Estaduais Sucunduri e Apuí, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bararati, o Parque Estadual do Sucunduri e a Floresta Nacional Jatuarana.
- ✓ Outras Áreas Protegidas, e ambientes naturais próximos à UC que possam funcionar como corredores ecológicos, como a TI Escondido, TI Kayabi, parte da TI Munduruku e o todo o PAE São Benedito.
- ✓ Rios que fluem para a UC, como o Rio Juruena e suas margens, à montante do PNJu, a partir da Balsa de Nova Bandeirantes / Cotriguaçu (principal acesso via fluvial a porção sul do Parque).
- ✓ Locais de desenvolvimento de atividades, projetos e programas, que possam afetar a UC, como parte do Assentamento Nova Cotriguaçu (excluindo o núcleo urbano de Nova União).

Descrição da Zona de Amortecimento

A Zona de Amortecimento do PNJu, como mostra a Figura 4.6, apresenta os seguintes limites:

- Ao leste do PNJu, segue pela margem direita do Rio Teles Pires por uma faixa de 10km ao do Rio das Pedras (limite PNJu/TI Kaiabi) passando pelo encontro do Rio Tapajós, seguindo assim até o limite norte do PNJu no Rio Tapajós. A montante do Rio das Pedras inclui toda a extensão da TI Kaiabi incluindo a calha do Rio Teles Pires.
- No limite sul, partindo do limite com a TI Kaiabi, em Apiacás, segue a faixa de 10km até o Rio São João, no limite de Apiacás com Nova Bandeirante; deste ponto até o Rio

Juruena segue a faixa de 10km e, ao longo do Rio Juruena, uma faixa de 3km até a área da balsa de Contriguaçu; segue contornando área de fazendas pré-estabelecidas numa faixa de 30km incluindo a estrada do Garimpo do Juruena e as áreas dos garimpos do Juruena e Novo Astro até a margem do Rio Juruena. Em Cotriguaçu, a partir do Rio Juruena, a faixa passa a ser de 30km, englobando parte do Assentamento Nova Cotriguaçu, excluindo o núcleo urbano do assentamento (Nova União); a seguir, inclui o Parque Estadual Igarapés do Juruena até o Rio Aripuanã.

- O limite oeste segue pelos limites das UC estaduais do Amazonas, incluindo as mesmas (FE Sucunduri, RDS Bararati, FE Apuí, PE do Sucunduri) até o limite norte da FE Sucunduri, de onde segue pelo limite da FN Jatuarana, incluindo-a.
- Ao norte, a partir da FN Jatuarana, segue pelo Rio Sucunduri, a jusante, até o encontro com a BR-230 (Transamazônica), seguindo até o Travessão do Tapajós e deste, até o limite norte do PAE São Benedito, incluindo-o totalmente.

Normas para a Zona de Amortecimento

Para a Zona de Amortecimento do Parque Nacional do Juruena são estabelecidas as seguintes normas:

- » Na implantação das Reservas Legais deve ser priorizada a localização de áreas contígua aos limites do PNJu, quando a propriedade for limítrofe a UC, e que ajudem a ampliar a conectividade entre fragmentos florestais e o PNJu, e deste com outras Áreas Protegidas. As atividades agropastoris na ZA deverão estar de acordo com as práticas de conservação do solo recomendadas pelos órgãos oficiais de extensão agrícola e pesquisa, como EMATER e EMBRAPA e a Legislação Ambiental Estadual da Propriedade Rural.
- » Na ZA não será permitida a utilização de agrotóxicos e outros biocidas que ofereçam risco de contaminação de cursos d'água, fauna e flora, de acordo com a Legislação Ambiental Estadual da Propriedade Rural.
- » Os loteamentos ou assentamentos rurais na ZA deverão ser previamente aprovados pelo INCRA, licenciados pelos órgãos competentes e apresentar Plano de Uso com a autorização do PNJu, conforme legislação vigente.
- » Nas queimadas controladas, devidamente autorizadas pelo órgão competente, não deverão ser utilizadas áreas de florestas como barreiras de contenção de chamas.
- » Atividades de mineração deverão estar devidamente licenciadas e autorizadas pelos órgãos de controle competentes de acordo utilizando práticas de conservação do meio ambiente recomendadas pelos órgãos oficiais e autorizadas pelo PNJu.
- » Os PMFS licenciados na ZA deverão observar as seguintes recomendações: a Reserva Legal do imóvel rural deve ser averbada na parte da propriedade confrontante com a UC; na demarcação da área de exploração, deve ser resguardada uma faixa de 100m sem exploração em toda parte da propriedade que faz divisa com a UC; as obras de infraestrutura necessária à exploração do PMFS tais como acampamentos, estradas, carregadores e explanadas não deverão ser construídas na divisa da propriedade com a UC.

4.2.4. Infraestrutura

Para implementação do presente Plano de Manejo, propomos a implantação de infraestruturas, em locais considerados estratégicos, conforme mostra a Figura 4.6:

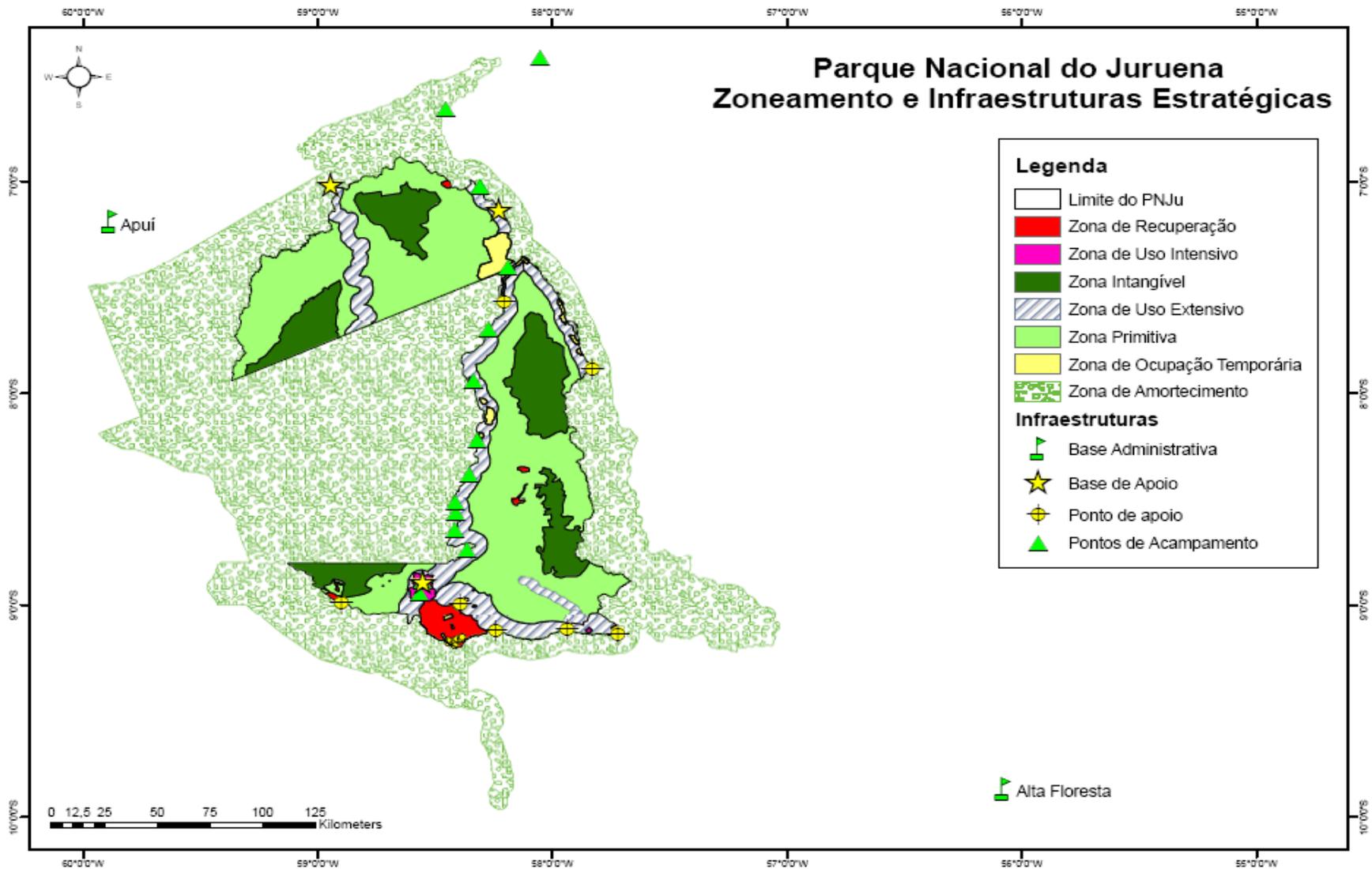
- Bases administrativas:

- sede do Município de Alta Floresta/MT.
- sede do Município de Apuí/AM.
- Bases de apoio (balsas flutuantes ou barcos regionais):
 - na Zona de Uso Intensivo Salto Augusto, junto ao Salto Augusto.
 - na Zona de Uso Intensivo Tapajós, no Rio Tapajós.
 - na Zona de Uso Extensivo Sucunduri, no limite com a FN Jatuarana (baixa prioridade, rio navegável apenas em alguns meses do ano).
- Pontos de apoio:
 - Ponto de Apoio Ximari (acesso por estrada).
 - Ponto de Apoio Apiacás (acesso por estrada).
 - Ponto de Apoio São João (acesso por Nova Bandeirante e rio São João).
 - Ponto de Apoio Nova Bandeirantes, na região da Fazenda F3 do Sr. Salomão (acesso por estrada).
 - Ponto de Apoio Nova União, no limite do PNJu (acesso por estrada e trilha).
 - Ponto de Apoio Bararati, localizado em frente à estrutura da Pousada Juruena.
- Doze Pontos de Acampamento, ao longo dos Rios Juruena e Tapajós.

A atual Base Administrativa do PNJu está localizada no Município de Alta Floresta/MT, Cidade Pólo Regional do Portal da Amazônia, que possui a infraestrutura necessária para atender as demandas administrativas da Unidade de Conservação.

O PNJu abrange três Municípios matogrossenses: Apiacás, Cotriguaçu e Nova Bandeirantes, suas populações tem como base de apoio a Cidade Pólo, pois esta disponibiliza serviços essenciais de saúde, comunicação, assistência técnica para equipamentos e veículos, serviços bancários, e outros. Alta Floresta é a única Cidade na região a oferecer voos comerciais regulares, seu aeroporto viabiliza o deslocamento das aeronaves contratadas para o desenvolvimento de atividades de gestão do Parque. As Instituições parceiras na gestão do PNJu (Ministério Público, Polícia, SEMA/MT, OSCIP, ONG, Universidades públicas e privadas, entre outras), possuem sua representatividade em Alta Floresta, estabelecendo assim uma intensa interrelação com os Municípios.

Figura 4.6: Zoneamento e localização da infraestrutura no interior do Parque Nacional do Juruena.



BIBLIOGRAFIA

- Ab'Saber, A. N., 1977. Espaços ocupados pela expansão dos climas secos na América do Sul, por ocasião dos períodos glaciais quaternários. IGEOG-USP - Paleoclimas 3: 1-19.
- Ab'Saber, A. N., 2002. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. Estud. av., São Paulo, Vol. 16, Nº 45. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103>. Acesso em: 16 abr. 2003.
- Aguirre, A. C., Aldrichi, A. D., 1983. Catálogo das aves do Museu da Fauna. Primeira parte. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento florestal. Delegacia Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- Aleixo, A., 1997. Range extension of the Large-headed Flatbill *Ramphotrigon megacephala* with comments on its distribution. Bull. Brit. Ornithol. Club 117:220-223.
- Aleixo, A., Whitney, B. M., Oren, D. C., 2000. Range extensions of birds in southeastern Amazonia. Wilson Bull. 112(1): 137-142.
- Allison, A., Samuelson, A., Miller, S. E., 1993. Patterns of beetle species diversity in New Guinea rainforest as revealed by canopy fogging: preliminary findings. Selbyana 14: 16-20.
- Almeida, F. F. M, Hasui, Y., Neves, B. B., Fuck, R. A., 1977. Províncias Estruturais Brasileiras. Atas do VIII Simpósio de Geologia do Nordeste. Campina Grande. Paraíba. pp. 363-391.
- Amaral, A., 1948. Ofídios de Mato Grosso. 2nd ed. Comissão Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso e Amazonas. Publicação Nº 84, Anexos Nº 5, Hist. Nat. Zool. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Anderson, A. B., 1981. White-sand vegetation of Brazilian Amazonia. Biotropica 13:199-210.
- Arrolho, S., Rosa, R. G. D., Ramires, D. G., Godoi, D. S., Smerman, W., Pascoal, V. P., 2006. Relatório da Ictiofauna para o Plano de Manejo da Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, Pará. ICV / WWF Brasil / IBAMA.
- Arrolho, S., Godoi, D. S., Rosa, R. D., 2007. Avaliação Ecológica Rápida para a Revisão do Plano de Manejo da Reserva Biológica do Jaru, Estado de Rondônia - Relatório Técnico Final do Componente Ictiofauna. Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Relatório Técnico Não Publicado).
- Arrolho, S., Godoi, D. S., Rosa, R. D., 2008. Relatório da Ictiofauna para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- Arruda, R. S. V., 1998. Rikbaktsa. Instituto Sócio Ambiental. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pib/epi/rikbaktsa/rikbaktsa.shtm>>. Acesso em: 06 dez. 2007.
- Audibert, E. A., Ramos, M. E., 2008. Relatório de Socioeconomia para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- Ávila-Pires, T. C. S., 1995. Lizards of brazilian Amazonian (Reptilia: Squamata). Zool. Verh. Leiden 299:1-706.
- Ávila-Pires, T. C. S., Vitt, L. J., 1998. A new species of *Neusticurus* (Reptilia: Gymnophthalmidae) from the Rio Juruá, Acre, Brazil. Herpetologica 54:235-245.
- Ávila-Pires, T. C. S., Hoogmoed, M. S., 2000. On two new species of *Pseudogonatodes* Ruthven, 1915 (Reptilia: Squamata: Gekkonidae), with remarks on the distribution of some other sphaerodactyl lizards. Zoologische Mededelingen Leiden. Leiden 73:209-223.

- Ávila-Pires, T. C. S., Hoogmoed, M. S., Vitt, L. J., 2007. Herpetofauna da Amazônia. In Herpetologia no Brasil II (L.B. Nascimento & M.E. Oliveira, eds.). Sociedade Brasileira de Herpetologia, Belo Horizonte, p.13-43.
- Ayres, J. M., Fonseca, G. A. B., Rylands, A. B., Queiroz, H. L., Pinto, L. P. S., Masterson, D., Cavalcanti, R., 1997. Abordagens Inovadoras para Conservação da Biodiversidade no Brasil: Os Corredores das Florestas Neotropicais. Volume 1 - Aspectos Gerais, 113p., Volume 2 - Amazônia, 260p., Volume 3 - Mata Atlântica, 155p. , Versão 2.0. PP/G7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Neotropicais: Projeto Parques e Reservas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- Ayres, J. M., Fonseca, G. A. B., Rylands, A. B., Queiroz, H. L., Pinto, L. P. S., Masterson, D., Cavalcanti, R., 2005. Os Corredores Ecológicos das Florestas Tropicais do Brasil. Sociedade Civil Mamirauá. Belém. Pará. 256p.
- Azevedo-Ramos, C., Galatti, U. 2002. Patterns of amphibian diversity in Brazilian Amazônia: conservation implications. *Biological Conservation* 103:103-111.
- Azevedo-Ramos, C., Domingues A., Nepstad, D. C., Soares Filho B., Nasi, R., 2006. Integrating ecosystem management, protected areas and mammal conservation in the Brazilian Amazon. *Ecology and Society* 11(2): 17. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss2/art17/>>. Acesso em: 26 abr. 2007.
- Bernard, E., Fenton, M. B., 2002. Species diversity of bats (Mammalia: Chiroptera) in forest fragments, primary forests, and savannas in Central Amazonia, Brazil. *Can. J. Zool.* 80(6): 1124-1140.
- Bertoni, J., Lombardi Neto, F., 1990 *Conservação do Solo*. São Paulo. Ed. Ícone.
- Bernarde, P. S., Kokubum, M. C. N., Machado, R. A., Anjos, L., 1999. Uso de habitats naturais e antrópicos pelos anuros em uma localidade no Estado de Rondônia, Brasil (Amphibia: Anura). *Acta Amazonica* 29: 555-562.
- Bernarde, P. S., 2004. Composição faunística, ecologia e história natural de serpentes em uma região no Sudoeste da Amazônia, Rondônia, Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro – SP.
- Bernarde, P. S., Abe, A. S., 2006. A snake community at Espigão do Oeste, Rondônia, Southwestern Amazon, Brazil. *South American Journal of Herpetology* 1(2):102-113.
- Bernarde, P. S., 2007. Ambientes e temporada de vocalização da anurofauna no Município de Espigão do Oeste, Rondônia, Sudoeste da Amazônia - Brasil (Amphibia: Anura). *Biota Neotropica* 7(2):87-92.
- Bezerra, A. M. R., Silva Júnior, N. J., Marinho-Filho, J., 2007. The amazon bamboo rat *Dactylomys dactylinus* (Rodentia: Echimydae: Dactylomyinae) in the cerrado of central Brazil. *Biota Neotrop.* 7(1): 235-237.
- Brandão Jr., A., Souza Jr., C., 2006. Desmatamento nos Assentamentos de Reforma Agrária na Amazônia. Série O Estado do Amazonas, Nº 7. Belém. Ed. Imazon.
- Brasil, 1978. Projeto RADAMBRASIL, Levantamento de Recursos Naturais. Departamento Nacional de Produção Mineral. Folha SC - 20. Porto Velho, Vol. 16, Rio de Janeiro.
- Brasil, 1980. Departamento Nacional de Produção Mineral. Projeto RADAMBRASIL. Folha SC.21 Juruena; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Departamento Nacional de Produção Mineral. Rio de Janeiro. Vol. 20, 460p.
- Brasil, 2002 Decreto de 19 de setembro de 2002 - Cria a Floresta Nacional do Jatuarana, no Amazonas. Poder Executivo. Brasília.

- Brasil, 2004. Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Casa Civil. Brasília.
- Buzzetti, D. R. C., 2005. Avaliação Ecológica Rápida para elaboração do Plano de Manejo da Reserva Biológica Nascentes do Cachimbo, Serra do Cachimbo - Altamira - PA. Componente Avifauna. Instituto Centro de Vida/ WWF-Brasil/IBAMA. Relatório Técnico não publicado.
- Buzzetti, D. R. C., 2006. Relatório da Expedição Juruena-Apuí, dados preliminares sobre a avifauna do Parque Nacional do Juruena, Apicás - MT e Parque Estadual do Sucundurí, Apuí - AM. Instituto Centro de Vida/ WWF-Brasil/WWF-Alemanha/IBAMA. Relatório Técnico não publicado.
- Buzzetti, D., 2008. Relatório da Avifauna para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- Caldwell, J. P., 1996. Diversity of Amazonian anurans: The role of systematics and phylogeny in identifying macroecological and evolutionary patterns. Pp. 73-88. In: A. C. Gibson (Ed.). Neotropical Biodiversity and Conservation. Mildred E. Mathias Botanical Garden Miscellaneous Publication No. 1, Los Angeles, CA.
- Caldwell, J. P., Lima, A. P., 2003. A new Amazonian species of *Colostethus* (Anura: Dendrobatidae) with a nidicolous tadpole. *Herpetologica*. 59:219-234.
- Carneiro Filho, A., 1993. Cerrados amazônicos: fósseis vivos? Algumas reflexões. R. IG, 14: 63-68.
- Carvalho, M. S., Figueiredo, A. J., 1982 A caracterização litoestratigráfica da bacia de sedimentação do Grupo Beneficente no Alto Rio Sucunduri-AM. In: I Simpósio de Geologia da Amazônia, Belém, Anais..., Belém: SBG, v.1p.26-44.
- Carvalho, C., 2002 Descrição de uma nova espécie de *Micrurus* do Estado de Roraima, Brasil (Serpentes, Elapidae). *Papéis Avulsos de Zoologia* 42: 183-192.
- Cracraft, J., 1985. Historical biogeography and patterns of differentiation within the South American avifauna: areas of endemism. p. 49-84. In: Buckley, P. A., Foster, M. S., Morton, E. S., Ridgely, R. S. & Buckley, F. G. (eds). Neotropical Ornithology. Washington, American Ornithologists's Union. (Ornithological Monographs, nº 36).
- CENEC, 2008. Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso – Relatório Técnico e Projeto de Lei. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Cuiabá. Mato Grosso.
- Costa, J. B. S., Hasui, Y., 1992, Aspectos fundamentais do Proterozóico Médio da Amazônia Brasileira. *Revista Brasileira de Geociências*. Vol. 22 Nº 4, pp.87-492.
- CPRM, 2003. Geologia tectônica e recursos minerais do Brasil: texto, mapas e sistema de informação geográfica. Serviço Geológico do Brasil. Brasília.
- Dalponete, J. C., Rocha, E. C., Marcelino, R., Costa, V. E., 2008. Relatório da Mastofauna para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- Dalponete, J. C., 2008. Relatório Consolidado da Avaliação Ecológica Rápida Realizada para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- Daly, D. C., Mitchell, J., 2000. Lowland vegetation of tropical south America. Pp.391-453, in D.L. LENTZ ed. Columbia University Press, New York.

- D'Amico, A. R., Paula, R. C., 2006. Avaliação Ecológica Rápida para Revisão do Plano de Manejo da Reserva Biológica do Jaru, Estado de Rondônia – Componente Mastofauna. MMA/IBAMA.
- Dalponete, J. C., Rocha, E. C., Marcelino, R., Costa, V. E., 2008. Relatório da Mastofauna para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena, MT/AM. ICV / WWF Brasil /ICMBio.
- Dalponete, J. C., 2008. Relatório Consolidado da Avaliação Ecológica Rápida Realizada para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena, MT/AM. ICV / WWF Brasil /ICMBio.
- Delacour, J., Amadon, D., 2004. Curassows and Related Birds. Second Edition. Lynx Edicions and The National Museum of Natural History, Barcelona and New York.
- Del Hoyo, J., Elliott, A., Christie, D. A. (eds.), 2003. Handbook of the birds of the world. Vol. 8. Lynx Edicions, Barcelona.
- DNPM, 2002. Diagnóstico das Atividades Mineradoras da Bacia do Rio Teles Pires. Resumo e Mapas de localização das regiões garimpeiras, escala 1:100.000. Fundação Estadual de Meio Ambiente. Cuiabá.
- Duellman, W. E., 1978. The biology of equatorial herpetofauna in Amazonian Equador. Univ. Kansas Mus. Nat. Hist. Misc. Publ. 65:1-352.
- Duellman, W. E., 1990. Herpetofaunas in Neotropical rainforests: comparative composition, history, and resource use. *In*: Four Neotropical Rainforests, A. H. Gentry (ed.), pp. 455-505, Yale University Press, New Haven.
- Eisenberg, J. F., 1980. The density and biomass of tropical mammals. In M.E. Soulé and A. Wilcox (eds), Conservation Biology-An evolutionary-ecological perspective: 35-55. Sunderland: Sinauer.
- EMBRAPA, 1999. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Rio de Janeiro. 412p.
- Emmons, L. H., Feer, F., 1997. Neotropical rainforest mammals, a field guide. 2nd edition. Chicago: Univ. Chicago Press.
- ENGEVIX, 1995. Diagnóstico ambiental da Reserva Ecológica de Apiacás. Brasília, DF.
- ENGEVIX, 1996. Plano de Manejo da Reserva Ecológica de Apiacás. ENGEVIX Engenharia S/A. Fundação Estadual do Meio Ambiente. Mato Grosso. Cuiabá. 170p.
- Erwin, T. L., 1983. Tropical forest canopies, the last biotic frontier. Bull. Entomol. Soc. Amer. 29: 14-19.
- Eva, H. D., Huber, O., 2005. Proposição para definição dos limites geográficos da Amazônia. European Commission, Luxembourg
- FAS, 2009. Desenvolvimento Sustentável. Fundação Amazonas Sustentável. Disponível em: <<http://www.fas-amazonas.org>>. Acesso em: 18 mai. 2008.
- Fearnside, P. M., 2006. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. Acta Amazônica 36 (3): 395-400.
- Fonseca, G. A. B., Silva, J. M. C., 2005. Megadiversidade Amazônica: Desafios para a sua Conservação. Ciência & Ambiente. Universidade Federal de Santa Maria, 31^a edição.
- Gaban-Lima, R., Raposo, M. A., Höfling, E., 2002. Description of a New Species of *Pionositta* (Aves: Psittacidae) Endemic to Brazil. The Auk 119(3): 815-819.
- Galante, M. L. V., Beserra, M. M. L., Menezes, E. O., 2002. Roteiro Metodológico de Planejamento. Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília.

- Gallo-de-Oliveira, L. M., Sobral, M., 2008. Relatório da Vegetação para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- George, T. K., Marques, S. A., Vivo, M., Branch, L. C. E., Gomes, N., Rodrigues, R., 1998. Levantamento de mamíferos do Parque Nacional da Amazônia (Tapajós). Bras. Florest., 63: 33-41.
- Giaretta, A. A., Bernarde, P. S., Kokubum, M. C. N., 2000. A new species of *Proceratophrys* (Anura: Leptodactylidae) from the Amazon Rain Forest. J. Herpetol. 34:173-178.
- Godoi, D. S., 2004. Diversidade e hábitos alimentares de peixes de um córrego afluente do rio Teles Pires, Carlinda/MT, drenagem do rio Tapajós. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista, Centro de Aquicultura. Jaboticabal/SP. 135p.
- Goulding, M., 1980. The fishes and the forest. University of California Press. Los Angeles. 280p.
- Grantsau, R., Camargo, H. F. A., 1989. Nova espécie de *Amazona* (Aves, Psittacidae). Rev. Bras. Biol. 49: 1017-1020.
- Gyldenstolpe, N., 1951. The Ornithology of the River Purús region in western Brazil. Ark. Zool. Stockolm, Ser. 2.2(1):1-320.
- Haddad, C. F. B., Prado, C. P. A., 2005. Reproductive modes in frogs and their unexpected diversity in the Atlantic Forest of Brazil. BioScience 55:207-217.
- Haemig, P. D., 2008. Pássaros da Amazônia Associados ao Bambu. Ecologia Info N°7. Disponível em: <<http://www.ecologia.info/bambu-amazonas.htm>>. Acesso em: 02 abr. 2008.
- Haffer, J., 1969. Speciation in Amazonian Forest Birds. Science Vol. 165 N° 3889:131-137.
- Haffer, J., 1997. Contact zones between birds of southern Amazonia. p. 281-305. In: J.V. Remsen Jr. (ed.) *Studies in Neotropical Ornithology honoring Ted Parker*. Washington D.C.: American Ornithologists' Union. (Ornithological Monographs n° 48).
- Haffer, J., Prance, G. T., 2002. Impulsos climáticos da evolução na Amazônia durante o Cenozóico: sobre a teoria dos Refúgios da diferenciação biótica. Estud. av., São Paulo, Vol. 16, n. 45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n46/v16n46a14.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2008.
- Higa, T. C. S., 2005. Processo de Ocupação e formação territorial, In Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente. Gislaene Moreno, Tereza Cristina Sousa Higa (orgs); colaboradora Gilda Tomasini Maitelli. Entrelinhas. Cuiabá.
- Hijmans, R. J., Cameron, S. E., Parra, J. L., Jones, P. G., Jarvis, A., 2005. *Very high resolution interpolated climate surfaces for global land areas*. *International Journal of Climatology*, 25: 1965-1978 (pdf).
- Hirsch, A., Dias, L. G., Martins, L. O., Campos, R. F., Resende, N. A. T., Landau, L. C. (*in prep.*). Database of Georeferenced Occurrence Localities of Neotropical Primates. Department of Zoology / UFMG, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.icb.ufmg.br/~primatas/home_bdgeoprim.htm>. Acesso em: 26 abr. 2009.
- Hödl, W., 1990. Reproductive diversity in Amazonian lowland frogs. Fortschritte der Zoologie 38: 41-60.
- Hoogmoed, M., Prudente, A. L. C., 2003. A new species of *Atractus* (Reptilia, Ophidia, Colubridae) from the Amazon region in Brazil. Zoologische Verhandelingen. 77:1-16.
- IBAMA, 2007. Projeto Educação Ambiental com Comunidades do PA Nova Cotriguaçu, Distrito de Nova União - Cotriguaçu. Núcleo de Educação Ambiental e Populações Tradicionais. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Júina. Mato Grosso.

- IBGE, 1992. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. Série Manuais Técnicos em Geociências, nº 1. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. 92p.
- IBGE, 1996 e 2006. Censo Agropecuário Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=799>. Acesso em: 26 mai. 2007.
- IBGE, 2007. Relatório Técnico Mensal do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola Municipal. Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias.
- ICMBio, 2008. Unidades de Conservação Federais. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2008.
- ICMBio, 2009. Notícias, 29/06/2009: Operação Ponta de Lança. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br>>. Acesso em: 29 jun. 2009.
- ICV, 2005. Subsídios à proposta de criação do Parque Nacional do Juruena. Alta Floresta (MT): Instituto Centro de Vida. Relatório Técnico.
- INFONATURA, 2007. Animals and Ecosystems of Latin America [web application]. Version 5.0 Arlington, Virginia (USA): NatureServe. Disponível em: <<http://www.natureserve.org/infonatura>>. Acesso em: 16 mai. 2008.
- INPE, 2008. Monitoramento da Cobertura Florestal da Amazônia por Satélites, Sistemas Prodes, Deter, Degrad e Queimadas 2007-2008. Ministério da Ciência e Tecnologia. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. São José dos Campos. São Paulo.
- ISA, 2009. Povos Indígenas – Os Munduruku Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/munduruku/1758>>. Acesso em: 20 abr. 2009.
- Issler, R. S., Lima, M. I. C. 1987. Amazonian Cráton (Brazil) granitogenesis and its relation to geotectonic units. *Revista Brasileira de Geociências*. 17(4):426-441.
- IUCN, 2007. Red List of Threatened Species. International Union for Conservation of Nature and Natural Resources. Disponível em: <<http://www.iucnredlist.org>>. Acesso em: 02 abr. 2008.
- Jungfer, K. H., Schiesari, L. C., 1995. Description of a central Amazonian and Guianan tree frog, genus *Osteocephalus* (Anura, Hylidae), with oophagous tadpoles. *Alytes* 13:1-13.
- Jungfer, K. H., Weygoldt, P., 1999. Biparental care in the tadpole-feeding Amazonian treefrog *Osteocephalus oophagus*. *Amphibia-Reptilia* 20: 235-249.
- Junk, W. J., 1989. Food tolerance and tree distribution in central Amazônia. In: Holm-Nielsen, L. B.; Nielsen I. C. & Balslev H. (eds.). *Tropical Forest Botanical Dynamics. Speciation and Diversity*. London: Academic Press. p. 47-64.
- Klein, C., 2008. Relatório sobre o Uso Público para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- Klinge, H., Herrera, R., 1978. Biomass studies in Amazon caatinga forest in southern Venezuela. 1. Standing crop of composite root mass in selected stands. *Tropical Ecology* 19(1): 93-110.
- Kratter, A., Parker III, T. A., 1997. Relationship of two bamboo-specialized foliage-gleaners: *Automolus dorsalis* and *Anabazenops fuscus* (Furnariidae). p. 383-397. In: J.V. Remsen Jr. (ed.) *Studies in Neotropical Ornithology honoring Ted Parker*. Washington D.C.: American Ornithologists' Union. (Ornithological Monographs nº 48).
- Kratter, A. W., 1997. Bamboo specialization by Amazonian birds. *Biotropica* 29:100-110.

- Lara, R., 2009. Oficina de Saneamento Ambiental Comunidade da Barra de São Manoel / da Barra de Colares / Comunidade do Sucunduri. Alta Floresta: Sociedade Formigas e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Parque Nacional do Juruena. Relatório não publicado.
- Leão, V. A., Costa, R. S., Ciminelli, V. S. T., 2000. Cyanide recycling using Ion exchange resins: application to the treatment of gold. XVI International Mineral Processing Congress Proceedings. V. A.p. 6-1 6-8.
- Leidy, R. A., Moyle, P. B., 1998. Conservation status of the world's fish fauna: an overview. Em: Conservation biology for the coming decade. P. L. Fiedler & P. M. Kareiva. New York: Chapman & Hall. pp. 187-227.
- Lleras, E., Kirkbride Júnior, J., 1978. Alguns aspectos da vegetação da Serra do Cachimbo. Acta Amazonica 8: 51-65.
- Lewinsohn, T. M., Freitas, A. V. L, Prado, P, I., 2005. Conservação de invertebrados terrestres e seus habitats no Brasil. Megadiversidade, Vol. 1, nº 1.
- Lowe-Macconnell, R. H., 1999. Fauna de Peixes Neotropicais. Em: Estudos ecológicos em comunidades tropicais R. H. Lowe-MacConnell; tradução Vazzoler, A. E. M; Agostinho, AA; Cunnhingham, P. T. M. Editora da Univ. São Paulo. 534p.
- Machado, R. A., Bernarde, P. S., 2008. Relatório da Herpetofauna para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- Marins, M., 1991. The lizards of balbina, Central Amazonia, Brazil. Stud. Neotrop. Fauna Environ. 26:179-190.
- Marins, M., Oliveira, M. E., 1998. Natural history of snakes in forests of the Manaus region, Central Amazonia, Brazil. Herp. Nat. Hist. 6:78-150.
- Masson, C. G. M. J., 2005. Subsídios para uma gestão dos recursos hídricos na Amazônia: Estudo de caso da bacia do rio Madeira. Dissertação de mestrado em Planejamento Energético. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 277p.
- Menezes, N. A., 1996. Methods for assessing freshwater fish diversity. Capítulo 19. 289-295. In: Bicudo. C. E. M. Menezes, N. A. (eds) Biodiversity in Brazil – A first approach, CNPq. Brasília. 326p.
- May, R. M., 1988. How many Species are There on Earth?. *Science* 241: 1441-1449.
- May, R. M., 1994. Past effort and future prospects towards understanding how many species are there, p. 71-84. In. Solbrig, O. T. (eds.). Biodiversity and global change. Wallingford.
- Medina, E. V., Cuevas, E., 1990. Sclerophylly and oligotrophic environments: relationships between leaf structure, mineral nutrient content, and drought resistance in tropical rain forests of the upper Río Negro region. *Biotrópica* 22(1): 51-64.
- MMA, 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Floresta. Brasília.
- MMA, 2001. Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Floresta. Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade. Brasília. 404p.
- MMA, 2005. Lista Nacional da fauna brasileira ameaçada de extinção. MMA – Ministério do Meio Ambiente. 2008. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/fauna/index.cfm>>. Acesso em: 02 abr. 2008.

- MMA, 2007. Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade na Amazônia Brasileira: Atualização. Secretaria de Biodiversidade e Floresta. Ministério do Meio Ambiente. Brasília. 300p.
- MMA, 2009. Notícias: IBAMA multa o INCRA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 16 mar. 2009.
- MMA/PPG7, 2002. Projeto Corredores Ecológicos. Ministério do Meio Ambiente. Brasília. 147p.
- Moreno, G., Higa, T. C. S., 2005. Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade, Ambiente. (orgs.) colaboradora Gilda Tomasini Maitelli. Cuiabá. Entrelinhas. 295p.
- NASA, 2008. National Aeronautics and Space Administration. Disponível em: <<https://zulu.ssc.nasa.gov/mrsid>>. Acesso em: 07 mai. 2008.
- Nienow, S. S., Messias, M. R., 2004. Censo da Mastofauna de Médio e Grande Porte do Salto do Jirau. In: XIII Seminário Final do Programa de Iniciação Científica PIBIC/UNIR - CNPq, Porto Velho. Cd de Resumos.
- Nols, 2008 Relatório de Atividades das Expedições de Canoagem do Parque Nacional do Juruena. Cuiabá: Nols do Brasil. PDF.
- Novaes, F. C., 1976. As aves do rio Aripuanã, Estados de Mato Grosso e Amazonas. Acta Amazônica 6: 61-85.
- Ochoa, J., 2000. Efectos de la extraccion de maderas sobre la diversidad de pequenos mamiferos em bosque de tierras bajas de la Guayana Venezoelana. Biotropica, 32: 146-164
- Oliveira, U., 2005. Os povos indígenas em Mato Grosso, In: Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente. Gislaene Moreno, Tereza Cristina Sousa Higa (orgs); colaboradora Gilda Tomasini Maitelli. Cuiabá. Entrelinhas. 295p.
- Oren, D. C., Parker III, T. A., 1997. Avifauna of the Tapajós National Park and vicinity, Amazonian, Brazil. p. 493-525. In: J.V. Remsen Jr. (ed.) *Studies in Neotropical Ornithology honoring Ted Parker*. Washington D.C.: American Ornithologists' Union. (Ornithological Monographs n° 48).
- OTCA, 2007. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – Histórico. Disponível em: <<http://www.otca.org.br>>. Acesso em: 25 mai. 2007.
- Pacheco, J. F., Olmos, F., 2005. Birds of a latitudinal transect in the Tapajós-Xingu interfluvium, eastern Brazilian Amazonia. Ararajuba 13(1): 29-46.
- Pará, 2006. Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas de Extinção. Disponível em: <<http://www.sectam.pa.gov.br/especiesameacadas>>. Acesso em: 06 mai. 2008.
- Parker III, T. A. O., 1982. Observations of some unusual rainforest and marsh birds in southeastern Peru. Wilson Bulletin 94: 477-493.
- Parker III, T. A., Donahue, P. K., Schulemberg, T. S., 1994. Birds of the Tambopata Reserve (Explorer's Inn Reserve). Pp. 106-124 In: The Tambopata-Candamo Reserved Zone of Southeastern Peru: A Biological Assessment (R. B. Foster, T. A. Parker III, A. H. Gentry, L. H. Emmons, A. Chicchón, T. Schulemberg, L. Rodríguez, G. Lamas, H. Ortega, J. Icochea, W. Wust, M. Romo, J. A. Castillo, O. Phillips, C.
- Parker III, T. A., Stotz, D. F., Fitzpatrick, J. W., 1997. Notes on avian bamboo specialists in southwestern Amazonian, Brazil. p. 543-547. In: J.V. Remsen Jr. (ed.) *Studies in Neotropical Ornithology honoring Ted Parker*. Washington D.C.: American Ornithologists' Union. (Ornithological Monographs n° 48).
- Pereira, F. R. S., 1995. Metais pesados das sub-bacias hidrográficas de Poconé e Alta Floresta. CETEN/CNPq: Rio de Janeiro.

- Pierpont, N., Fitzpatrick, J. W., 1983. Specific status and behavior of *Cymbilaimus sanctaemariae*, the bamboo Antshrike, from southeastern Amazônia. *Auk* 100: 645-652.
- Pinheiro M. R., Irgang, G., Marinell, C. E., 2006. Expedição Juruena-Apuí. Manaus: WWF-Brasil, 150p.
- Pinto, O. M. O., Camargo, E. A., 1957. Sobre uma coleção de aves da região de Cachimbo (Sul do Estado do Pará). *Pap. Avul. Zool.* 13:51-69.
- Pires, J. M., Prance, G. T., 1985. The vegetation types of the Brazilian Amazon. Pp.109-145 in G. T. Prance & T. E. Lovejoy, eds. *Key environments: Amazonia*. Pergamon Press, Oxford.
- PNUD, 1995. Caracterização Hidrográfica do Estado de Mato Grosso - Bacias Amazônica, Araguaia, Tocantins e Platina. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Cuiabá.
- Primack, R., Corlett, R., 2005. *Tropical Rain Forests: An Ecological and Biogeographical Comparison*. Blackwell Publishing. Oxford. UK. 319p.
- Ratter, J. A., Bridgewater, S., Ribeiro, J. F., 2003. Analysis of the Floristic Composition of the Brazilian Cerrado Vegetation III: Comparison of the Woody Vegetation of 376 Areas. *Edinburgh Journal of Botany*, 60, pp 57-109.
- Redford, K. H., Eisenberg, J. F., 1992. *Mammals of the Neotropics, The Southern Cone, Vol. 2, Chile, Argentina, Uruguay and Paraguay*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Richards, P. W., 1996. *The tropical rainforests: an ecological study*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Ricklefs, R. E., 1990. *Ecology*. Freeman and Company, New York.
- Ridgely, R. S., Tudor, G., 1994. *The birds of South America, vol. 2 – the Suboscine passerines*. University of Texas Press. Austin.
- Robinson, J., Redford, K., 1991. *Neotropical Wildlife Use and Conservation*. Chicago: The University of Chicago Press. 215p.
- Rodrigues, C. J. s.d. Destinação dos resíduos de garimpo. Nota Técnica nº 001. Alta Floresta. Mato Grosso. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Parque Nacional do Juruena.
- Rodrigues, C., 2008. Nota técnica PNJu 01. Alta Floresta: ICMBio.
- Roosmalen, M. G. M., Roosmalen, T., Mittermeier, R. A., Rylands, A. L., 2000. Two new species of marmoset, genus *Callithrix* Erxleben, 1777 (Callitrichidae, Primates), from the Tapajos/Madeira interfluvium, south central Amazonia, Brazil. *Neotropical Primates*. Vol. 8(1), 2-18.
- Roosmalen, M. G. M., Roosmalen, T., Mittermeier, R. A., 2002 A Taxonomic review of the titi monkeys, Genus *Callicebus* Thomas, 1903, with the description of two new species, *Callicebus bernhardi* and *Callicebus stephennashi*, from Brazilian Amazonia. *Neotropical Primates* 10 (Suppl.): 1-52.
- Ross, J. L. S., 1996. *Geomorfologia: Ambiente e Planejamento*. São Paulo. Ed. Contexto. 85p.
- Sanderson, E. W., Redford, K. H., Chetkiewicz, C. L. B., Medellin, R. A., Rabinowitz, A. R., Robinson, J. G., Taber, A. B., 2002. Planning to save a species: the jaguar as a model. *Conservation Biology* 16:58-72.
- Santos, J. O. S., Loguercio, S. O. C., 1984. A parte meridional do Cráton Amazônico (Escudo Brasil Central) e as bacias do alto Tapajós e Parecis-Alto Xingu. In: Schobbenhaus, C. *et alii*. *Geologia do Brasil; texto explicativo do mapa geológico do Brasil e da área oceânica adjacente incluindo depósitos minerais, escala 1:2.500.000*. Departamento Nacional de Produção Mineral. Brasília. 501p.

- Santos, R. R., Micol, L., Irgang, G., Vasconcelos, J., 2006. Análise do Desmatamento nas Unidades de Conservação no Estado do Mato Grosso. Mato Grosso Sustentável e Democrático. Cuiabá. 58p.
- Santos, R. R., Irgang, G. V., 2008. Relatório do Meio Físico para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- SDS, 2009. Áreas Protegidas. Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.sds.am.gov.br>>. Acesso em: 16 jul. 2009.
- SEMA, 2008. Plano de Manejo do Parque Estadual Igarapés do Juruena. Programa Áreas Protegidas da Amazônia. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável Ambiental Consulting. Cuiabá.
- SEMA, 2009. Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas dos Municípios de Juruena e Cotriguaçu. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Cuiabá.
- Senra, K., 1999. Os Kayabi. Instituto Socioambiental. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pib/portugues/quonqua/qqqindex.shtm>>. Acesso em: 05 mai. 2008.
- SEPLAN/CENEC, 2004. Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso – Relatório Técnico e Projeto de Lei. Cuiabá: SEPLAN/BIRD/PRODEAGRO.
- SEPLAN, 2003. Mato Grosso em Números. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação. Central de Texto. Cuiabá. Mato Grosso.
- SEPLAN, 1998. Diagnóstico e Zoneamento Socioeconômico-Ecológico. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Mato Grosso.
- SEPLAN, 1999. Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso. Recursos Hídricos e Hidrografia. Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores. Disponível em: <<http://www.zsee.seplan.mt.gov.br/divulga/>>. Acesso em: 16 mai. 2008.
- SOCIOAMBIENTAL, 2008. Grilagem ameaça floresta nacional na Amazônia. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/uc/4252/noticia/62123>>. Acesso em: 02 abr. 2009.
- Siqueira, E. M., 2002. História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá. Ed. Entrelinhas. 229p.
- Silman, M. R., Ancaya, E. J., Brinson, J., 2003. Los bosques de bambú en la Amazonía occidental. Pp. 63-72 In: Leite Pitman, R., Pitman, N. & Alvarez, P. (eds.) Alto Purús: Biodiversidad, Conservación y Manejo. Duke University Center for Tropical Conservation and Impreso Gráfica Lima.
- Silva, J., Silva Júnior, J., 1993. The snakes from Samuel hydroelectric power plant and vicinity, Rondônia, Brasil. Herpetol. Nat. History 1:37-86.
- Silva Jr, J. S., Nunes, A. P., 2000. An extension of the geographical distribution of *Dactylomys dactylinus* Desmarest, 1822 (Rodentia, Echimyidae). Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Sér. Zool. 16(1): 65-73.
- Silva, V. M. F., 2002. Amazon River dolphin *Inia geoffrensis*. Pp. 18--20 in W. F. Perrin, B. Würsig and J. G. M. Thewissen, eds. Encyclopedia of marine mammals. Academic Press.
- Silveira, M., 2003. Vegetação e Flora das Campinaranas do Sudoeste Amazônico (JU – 008). S.O.S. Amazônia; WWF Brasil, Relatório Técnico, Rio Branco, Estado do Acre.
- Silveira, M., 2005. A floresta aberta com bambu do sudoeste da Amazônia: padrões e processos em múltiplas escalas. Rio Branco, ADUFAC, 153pp.

- Silveira Filho, N., 2009. Relatório da Oficina de Planejamento Participativo para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- Sioli, H., 1984. Limnology and landscape ecology of a mighty tropical river and its basin. Amsterdã.
- Sobrevilla, C., Bath, P., 1992. Evaluación ecológica rápida. Un manual para usuarios de América Latina y Caribe. Edición Preliminar. Arlington, EUA. The Nature Conservancy, 231p.
- Souza, J. O., 2004. Programa de Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil. Geologia e Recursos Minerais da Província Mineral de Alta Floresta. Relatório Integrado Folhas SC.21 – V-D, Rio São João da Barra; SC.21 – X-C – Alta Floresta. Estados de Mato Grosso e Pará. Escala 1:250.000 Org. João Olímpio Souza, Antonio Augusto Frasca; Cipriano C. de Oliveira. Serviço Geológico do Brasil. Brasília.
- Souza, M. B., 2002. Diversidade de anfíbios nas unidades de conservação ambiental: Reserva Extrativista do Alto Juruá (REAJ) e Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD), Acre, Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro. São Paulo.
- Stotz, D. F., Bierregaard Júnior, R. O., Cohn-Haft, M., Petermann, P., Smith, J., Whittaker, A., Wilson, S. V., 1992. The status of North American Migrants in central Amazonian Brazil. *Condor* 94:608-621.
- Stotz, D. F., Fitzpatrick, J. W., Parker III, T.A., Moskovits, D. K., 1996. Neotropical Birds - Ecology and Conservation. The University of Chicago Press, Chicago and London. 478pp.
- Stotz, D. F., Lanyon, S., Schulemberg, T., Willard, D., Peterson, A. T., Fitzpatrick, J., 1997. An avifaunal Survey of two tropical forest Localities on the middle Rio Jiparaná, Rondônia, Brazil. p. 763-781. In: Remsen Jr., J.V. (Ed.) *Studies in Neotropical Ornithology honoring Ted Parker*. Washington D.C.: American Ornithologists' Union. (Ornithological Monographs n° 48).
- Tavares, L. H. S., 1994. Limnologia aplicada à aqüicultura. Boletim Técnico Nº 1, Funep. CAUNESP. Jaboticabal, São Paulo. 72p.
- Tempesta, G. A., 2008. Dispersão, mistura e revitalização cultural apiaká. In: 32º Encontro Anual da ANPOCS. GT 20- Estratégias interétnicas e fronteiras identitárias. Caxambu. Minas Gerais.
- Terborgh, J., Fitzpatrick, J. W., Emmons, L., 1984. Annotated checklist of bird and mammal species of Cocha Cashu Biological Station, Manu National Park, Peru. *Fieldiana* 21: 1-29.
- Terborgh, J. W., Robinson, S. K., Parker III, T. A. I., Munn, C. A., Pierpont, N., 1990. Structure and organization of an Amazonian forest community. *Ecol Monogr.* 60:213-238.
- Tocher, M., 1998. Diferenças na composição de espécies de sapos entre três tipos de floresta e campo de pastagem na Amazônia central. Pp. 219-232 In: Gascon, C.; Moutinho, P. (Eds). *Floresta Amazônica: Dinâmica, Regeneração e Manejo*. Amazonas, Manaus, Ministério da Ciência e Tecnologia, Instituto de Pesquisas da Amazônia.
- Trinca, C. T., Palmeira, F. B. L., Silva Jr, O. J. S., 2006. A Southern Extension of the Geographic Distribution of the Two-Toed Sloth, *Choloepus didactylus* (Xenarthra, Megalonychidae). *Edentata*. 7:7-9.
- Umetsu, R. K., Bilcen, J. M., 2008. Relatório da Artropodofauna para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- UNEP/CBD/COP5, 2000. Decisions Adopted by The Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity at its Fifth Meeting. Nairobi, 15-26, May.

- UNEP/CBD/COP7, 2004. Enfoque por Ecosistemas. Proyecto de decisión presentado por el Presidente del Grupo de Trabajo I. Conferência das Partes no Convênio sobre Diversidade Biológica. Sétima Reunião. Kuala Lumpur.
- Vanzolini, P. E., 1986. Levantamento herpetológico da área do Estado de Rondônia sob a influência da rodovia BR-364. Polonoreste/Ecologia Animal. Relatório de Pesquisa nº1, Brasília, CNPq, 50p.
- Veloso, H. P., Rangel-Filho, A. L. R., Lima, J. C. A., 1991. Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. 123p.
- Vicentini, A., Cornelius, C., 2008. Diagnóstico de informações para o Mosaico de Unidades de Conservação de Apuí, Amazonas, Brasil - Subsídios ao plano de gestão. Manaus: WWF-Brasil. 76p.
- Vitt, L. J., Avila-Pires, T. C. S., Caldwell, J. P., Oliveira, V. R. L., 1998. The impact of individual tree harvesting on thermal environments of lizards in amazonian rain forest. *Conservation Biology*. 12:654-664.
- Vogt, R. C., Moreira, G., Duarte, A. C. O. C., 2001. Biodiversidade de répteis do bioma floresta Amazônica e Ações prioritárias para sua conservação; pp.89-96 *In*: J. P. R. Capobianco. (Org.), Biodiversidade na Amazônia Brasileira, Avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. Estação Liberdade: Instituto SocioAmbiental, São Paulo.
- Whitney, B. M., 1997. Birding the Alta Floresta region, northern Mato Grosso, Brazil. *Cotinga* 7: 64-68.
- Whitney, B. M., 2005. *Clytoctantes (atrogularis?)* in Amazonas, Brazil, and its relationship to *Neotantes niger* (Thamnophilidae). *Bull. Brit. Ornithol. Club* 125(2):108-113.
- Whittaker, A., 2002. A new species of forest-Falcon (Falconidae: *Micrastur*) from southeastern Amazonia and the Atlantic Rainforest of Brazil. *Wilson Bull.* 114(4): 421-561.
- WWF, 2008. Programa Áreas Protegidas da Amazônia. WWF-Brasil. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br>>. Acesso em: 19 jul. 2008.
- Zavala-Camin, L. A., 2004. O planeta água e seus peixes. Santos/São Paulo. 326p.
- Zimmer, K. J., Parker III, T. A., Isler, M. L., Isler, P. R., 1997. Survey of a southern Amazonian avifauna: The Alta Floresta region, Mato Grosso, Brazil p. 887-918. *In*: Remsen Jr., J.V. (Ed.) *Studies in Neotropical Ornithology honoring Ted Parker*. Washington D.C.: American Ornithologists' Union. (Ornithological Monographs nº 48).
- Zimmerman, B. L., Bierregaard, R. O., 1986. Relevance of the equilibrium theory of island biogeography and species-area relations to conservation with a case from Amazonia. *J. Biogeogr.* 13:133-143.